

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA– UNISERPRO
– modalidade à distância

Vanderlei de Menezes Souza

PLATAFORMA PARTICIPA.BR: UM ESTUDO SOBRE A
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS

Porto Alegre

2014

Vanderlei de Menezes Souza

**PLATAFORMA PARTICIPA.BR: UM ESTUDO SOBRE A
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentada ao Curso de Especialização em
Gestão Pública - UNISERPRO - modalidade
a distância da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito para a
obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Faé

Porto Alegre

2014

Vanderlei de Menezes Souza

**PLATAFORMA PARTICIPA.BR: UM ESTUDO SOBRE A
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao
Curso de Especialização em Gestão Pública -
UNISERPRO – modalidade a distância da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em 12 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Paulo Ricardo Zilio Abdala

Prof. Rogério Faé

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e sempre, agradeço a DEUS, onipresente, por ser um DEUS bom e por me permitir concretizar este trabalho com sensação de vitória.

Ao Prof. Dr. Rogério Faé, pela orientação segura e tempestiva, juntamente com o apoio - essencial e qualificado - da tutora querida Profa. Rosaria Lanzioti Moraes.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nas pessoas ligadas a este programa de Ensino à Distância, que permitem o ensino mesmo com as barreiras da distância física.

Ao programa de desenvolvimento gerencial do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), empresa pública onde trabalho e me realizo profissionalmente, que me ingressou neste curso de Especialização em Gestão Pública.

A todos os colaboradores da pesquisa virtual, desde o responsável pelo Participa.br, Ricardo Augusto Poppi Martins, que autorizou a pesquisa sobre as informações desta plataforma, até os colegas de trabalho que ajudaram a contactá-lo, sem contar todos os participantes das comunidades da plataforma, pessoas da sociedade que nem sequer conheço, mas que responderam à pesquisa encaminhada e mostraram sua percepção a respeito deste ambiente virtual de participação social.

A todas as pessoas próximas e que se preocupam comigo, sobre as quais não preciso citar nomes, pois elas sabem, em seu coração, quem são para mim.

E a todos os filmes que pude assistir neste período de trabalho de pesquisa, me proporcionando bons momentos de entretenimento.

“Orson Welles, provavelmente mentindo, afirma que na verdade: 'um filme, além de morto, não está nem muito fresco. Vem numa luta. Fazer um filme leva tempo. O filme que estreia na semana que vem é do ano passado'. É um fato. Mas nós, que nos sentamos no escuro para seu velório, sempre o ressuscitamos. E quando isso acontece, que bela eternidade ele nos dá para o que sobrar do dia. Experimente. Pegue uma lanterna, uma lente e projete um fotograma na parede. O resto é the end.” (José Wilker)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo proporcionar melhor visão e compreensão da forma como ocorre a participação da sociedade e sua influência em políticas públicas num ambiente virtual organizado: a plataforma Participa.br. Idealizada pelo Governo Federal e desenvolvida pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), uma empresa pública federal, cujo negócio é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para o setor público, esta foi utilizada como estudo de caso. O referencial teórico abordou as principais teorias sobre políticas públicas, participação social, construção colaborativa, democracia e governo eletrônico, tendo como base os estudos de Barbosa, Getschko e Gatto (2009); Brancher (2013); Cepik, Canabarro e Possamai (2010a); Gomide e Pires (2014); Costa e Carrion (2014); Gomes e Filho (2013); Guidi (2000); Klering e Schroeder (2008); Oliveira (2009); Rua (2009); Saravia (2006); e Silva (2013). Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo referem-se à pesquisa de natureza qualitativa. Para a discussão dos resultados, foram realizadas análises explicativas a partir da observação simples e não participante sobre os registros das discussões na plataforma, assim como, a partir de um questionário, estruturado através do Google Drive (Forms) e encaminhado via internet para os participantes da plataforma, com vistas a identificar os fatores que contribuíram para os resultados obtidos. Através da pesquisa realizada, constatou-se que a plataforma é fundamental para aprofundar a experiência democrática no Brasil e que essa melhoria poderá ocorrer de forma gradativa, entretanto precisa ser mais intensamente usada e suas deliberações devem ser seriamente consideradas nas decisões de governo. Tanto a qualificação da sociedade, quanto dos gestores públicos, são essenciais para a gestão social, através de espaços virtuais de participação, onde as discussões e decisões devem ser conjuntas e transparentes.

Palavras-chave: participação social, políticas públicas, construção colaborativa, democracia, macropolíticas, governo eletrônico.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Focos do Governo Digital Brasileiro.....	21
Figura 2 - Modelo de Colaboração 3C.....	27
Figura 3 - Texto e Discussão no Código de Processo Civil Online.....	28
Figura 4 - Comunidade Agente de Inclusão Digital no Participa.br.....	38
Figura 5 - Debate em uma comunidade do Participa.br.....	38
Figura 6 - Passos da trilha da Política Nacional de Educação Popular no Participa.br.....	39
Figura 7 - Debate sobre os eixos temáticos da 1ª Comigrar.....	40
Figura 8 - Consolidação das propostas por eixo temático da 1ª Comigrar.....	41
Figura 9 - Votação entre as propostas da 1ª Comigrar.....	41
Figura 10 - Resultado da votação para indicar ao OGP Awards.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comunidades foco de análise.....	34
Quadro 2 - Exemplo do questionário e significado das respostas para a análise.....	35
Quadro 3 - Resumo da análise para a Comunidade Participação Social.....	45
Quadro 4 - Resumo da análise para a Comunidade Comigrar.....	47
Quadro 5 - Resumo da análise para a Comunidade Governo Aberto.....	49
Quadro 6 - Resumo da análise para a Comunidade Inclusão Digital.....	50
Quadro 7 - Resumo da análise p/ Comunidades Software Público e Soberania Digital.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resultado: interação dos respondentes com o Participa.br.....	53
Gráfico 2 - Resultado: transparência no Participa.br.....	54
Gráfico 3 - Resultado: influência da população nas políticas.....	55
Gráfico 4 - Resultado: participação de gestores (administradores de comunidade).....	56
Gráfico 5 - Resultado: percepção geral a respeito do Participa.br.....	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	POLÍTICAS PÚBLICAS E O SERPRO.....	14
2.1	O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?.....	14
2.2	O SERPRO E AS MACROPOLÍTICAS.....	16
3	GOVERNO ELETRÔNICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	18
3.1	O QUE SE ENTENDE POR GOVERNO ELETRÔNICO?.....	18
3.2	GOVERNO ELETRÔNICO, MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA: SURGE O “PARTICIPA.BR”.....	19
3.3	DIFICULDADES E ALTERNATIVAS NA BUSCA PELA PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	21
3.3.1	Dificuldades e obstáculos em busca de uma Gestão Participativa.....	22
3.3.2	Alternativas e boas práticas para fomentar a Participação Popular.....	23
4	RECURSOS NA WEB PARA A CULTURA PARTICIPATIVA.....	26
4.1	CONSULTA PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA: GABINETE DIGITAL.....	26
4.2	DISCUSSÃO VIRTUAL COLABORATIVA SOBRE CONSULTAS PÚBLICAS: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ONLINE.....	27
5	PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PLATAFORMA PARTICIPA.BR.....	30
5.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
5.1.1	Seleção do contexto para análise.....	33
5.1.2	Detalhamento dos procedimentos metodológicos.....	34
5.2	ANÁLISE.....	36
5.2.1	O Participa.br.....	36
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	43
6.1	COMUNIDADE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	43
6.2	COMUNIDADE COMIGRAR.....	46
6.3	COMUNIDADE GOVERNO ABERTO.....	48
6.4	COMUNIDADE INCLUSÃO DIGITAL.....	50
6.5	COMUNIDADES SOFTWARE PÚBLICO E SOBERANIA DIGITAL.....	51
6.6	CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO QUESTIONÁRIO APLICADO.....	52
6.7	CONCLUSÕES DO PROCESSO DE ANÁLISE.....	57
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	REFERÊNCIAS.....	66
	APÊNDICE A.....	70
	APÊNDICE B.....	71

INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro, ao longo dos anos, manteve uma postura predominantemente centralizadora, principalmente considerando o contexto político entre as décadas de 1930 e 1980 (GOMIDE e PIRES, 2014; GOMES e FILHO, 2013). Suas ações, muitas vezes voltadas para o crescimento econômico, deixaram de priorizar o diálogo entre governo e sociedade, fazendo com que esta última não tivesse muita participação nos espaços políticos. Uma análise dos períodos anteriores à década de 1980 mostra uma postura altamente autoritária, como claramente pode ser visto na ditadura da era Vargas, assim como nos governos militares a partir de 1964. Bresser Pereira (1996) reforça que a cultura política autoritária foi muito forte nas políticas públicas do país.

Mesmo com essa postura, é importante destacar que muitas ações importantes foram tomadas pelo Estado, seja para a estabilização econômica através do financiamento de indústrias, criação de alíquotas e produção de insumos básicos como aço, mineração, petróleo e energia (GOMIDE e PIRES, 2014), seja pela criação de rodovias, portos, instalações de telecomunicações, ou até pela criação de serviços sociais, de segurança e de justiça. Como Estado regulador, um bom exemplo pode ser visto na era Vargas, quando foram criados mecanismos de regulação da relação entre trabalhador urbano e capital, estabelecimento do salário mínimo e legislação trabalhista. Gomide e Pires (2014) destacam que houve investimento em aço e petróleo - na década de 1950 - e, posteriormente, em setores de tecnologia com aviões, computadores e energia nuclear - entre 1960 e 1970, período no qual iniciou o governo militar. Entretanto, foram períodos onde setores populares e empresas nacionais não tinham tanta influência política.

A Reforma Administrativa de 1967, objetivando modernizar e aumentar a eficiência do Estado, foi uma grande iniciativa de descentralização do poder onde foi estabelecida a transferência e a delegação de responsabilidades dos órgãos centrais da administração pública para órgãos locais. Políticas públicas passaram a ser executadas pelos ministérios e estes ficaram sob a coordenação do Ministério do Planejamento, a fim de manter a supervisão por parte da Presidência da República. Com isto, houve a diferenciação entre a administração direta e indireta e a criação das autarquias e empresas públicas (BARBOSA e SILVA, 2010).

A grande promessa da reforma era de transformar a velha Administração Federal burocrática, rígida e lenta, em uma administração rápida, flexível e eficiente (BARBOSA e

SILVA, 2010), porém o momento político brasileiro de pouca liberdade e transparência, onde não eram permitidas fiscalizações pelos segmentos da sociedade, deixou o Estado dominado por grupos associados aos militares. Já em período mais recente – década de 1980 em diante, conforme Gomide e Pires (2014), o papel do Estado tem sido caracterizado pela intensificação das políticas sociais e de distribuição de renda, em contraposição a períodos anteriores.

A falta de capacidade em atender às necessidades da população sempre foi questionada, a incredibilidade em relação à gestão pública cresceu tanto que fez surgir um desejo de participação democrática nas decisões estatais, por parte da sociedade. Paes de Paula (2005) aborda essa concepção que começou a se tornar predominante e, dessa forma, provocar um projeto político que busca a participação dos atores sociais na definição da agenda política, formulação e implementação das ações públicas, assim como a criação de instrumentos para controle social sobre as ações estatais. Essa mesma concepção é tratada por Oliveira (2009, p. 7):

Os cidadãos estão exigindo cada vez mais dos seus governantes, buscam sanar dificuldades que se estendem desde o assistencialismo, passando pela infraestrutura geral e finalizando com o funcionamento e atendimento dos órgãos públicos. Também aparecem as questões de transparência de informações e prestação de contas por parte dos governantes, possibilitando à comunidade o controle e a fiscalização da Administração Pública.

As diretrizes para um Estado Democrático de Direito foram traçadas com a Constituição Federal de 1988, formalizando e abrindo à participação da sociedade civil em assuntos voltados às políticas públicas, formulação e controle da execução, restaurando o Estado Democrático de Direito no país com a ampliação dos instrumentos de controle, participação e transparência nas decisões públicas (GOMIDE e PIRES, 2014; GOMES e FILHO, 2013).

Ao mesmo tempo em que movimentos populares passaram a exigir mais do poder público a abertura de canais de participação nas decisões políticas (GOMES e FILHO, 2013), a Tecnologia da Informação evoluía junto com a adoção em massa da rede mundial de computadores (*Internet*). Surge diante deste cenário o Governo Eletrônico, definido por Oliveira (2009) como um governo que aplica as tecnologias de informação e comunicação para transformar suas relações internas e externas, visando otimizar a execução de suas funções, com foco na melhoria da gestão interna, da qualidade nos serviços prestados aos cidadãos e, também, no desenvolvimento e fortalecimento da democracia, esta última através

do fortalecimento da participação cidadã por meio do acesso à informação e a uma administração mais eficiente.

Essa pesquisa procura proporcionar melhor visão e compreensão da forma como ocorre a participação da sociedade e sua influência em políticas públicas num ambiente virtual organizado. O governo precisa fornecer mecanismos de participação efetivos, já que a sociedade clama cada vez mais por participação na formulação de políticas públicas. Existem algumas iniciativas isoladas deste tipo, além das formais (conferências, conselhos, audiências públicas e ouvidorias) e poucas análises voltadas para o quanto elas têm sido efetivas como mecanismos de participação social, principalmente quando da participação do cidadão por meio das redes sociais e mídias virtuais. O compromisso nacional pela participação social tem sido bastante reforçado e priorizado no atual governo – da presidente Dilma Rousseff, assumindo, em fevereiro de 2014, o lançamento de um Sistema Nacional de Participação Social, denominado Participa.br, tendo sido desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), sendo este sistema conhecido popularmente como a plataforma de participação social do governo em questão.

A escolha deste tema para o estudo está diretamente relacionada a área de atuação deste pesquisador que, na posição de gestor público em uma empresa de tecnologia da informação e comunicação como o Serpro, defende a iniciativa da plataforma Participa.br, que foi desenvolvida no departamento no qual este pesquisador atua. Outrossim, esta é a primeira plataforma de participação virtual que abrange a esfera federal, tendo a expectativa ambiciosa de se tornar a primeira rede social governamental nacional, com participação da população.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo referem-se à pesquisa de natureza qualitativa, elaborada com base na análise de como ocorreu o processo de participação e de decisão na plataforma Participa.br, sendo os dados primários os registros das discussões nesta plataforma. Para complementar a análise, outros dados foram coletados através de questionário, encaminhado via correio eletrônico aos participantes da plataforma, como também aos responsáveis por políticas públicas afetadas pelas discussões realizadas.

Os resultados práticos da pesquisa podem se constituir em orientações à Administração Pública Federal de modo a ser mais eficaz em seu papel de prover e lidar com o processo da participação social no tratamento das políticas públicas, através de espaços virtuais de participação, como é o caso do Participa.br.

O tema da pesquisa é: governo eletrônico promovendo a participação social. Face ao exposto, questiona-se: *Como a plataforma Participa.br, idealizada pelo Governo Federal, pode incentivar a participação social na formação de políticas públicas, através de suas comunidades virtuais de participação?*

Portanto, os objetivos foram estruturados da seguinte forma: 1. Tratar da definição de políticas públicas, passando a apresentar a política governamental ligada ao software livre e contextualizando as ações do Serpro de maneira a se inserir nas macropolíticas; 2. Introduzir os conceitos de Governo Eletrônico e Participação Social, contextualizando o surgimento da plataforma Participa.br e quais os objetivos que se busca atender com esta; 3. Apresentar as principais funcionalidades da plataforma Participa.br, com foco nas comunidades de participação; 4. Analisar qualitativamente os dados de forma a entender como ocorreu a participação da sociedade e sua influência em políticas públicas; 5. Elencar ações para que esse canal de comunicação seja mais efetivo e sustentável.

O trabalho encontra-se estruturado em sete capítulos, a contar da presente introdução. No capítulo sob o título *Políticas Públicas e o Serpro*, o propósito consistiu em tratar da definição de política pública, passando a apresentar a política governamental ligada ao software livre e contextualizando as ações do Serpro de maneira a se inserir nas macropolíticas; no terceiro capítulo, *Governo Eletrônico e Participação Social*, foram tratados os conceitos da literatura sobre os temas, apresentando por fim a plataforma Participa.br como iniciativa recente da Administração Pública Federal no sentido de promover a participação social; no quarto capítulo são discutidos alguns recursos na web, através de exemplos reais, que traduzem a cultura participativa; no capítulo seguinte são demonstrados os procedimentos metodológicos adotados; o sexto capítulo consiste na apresentação e análise de dados, com base nas discussões na plataforma e nas respostas dos questionários aplicados e o último contém as considerações finais da pesquisa.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O SERPRO

Neste capítulo serão abordados os conceitos relativos à discussão do que são políticas públicas, como estas são definidas, de que modo se inserem no cotidiano da sociedade e do Estado, assim como os diversos atores envolvidos. Por fim, será apresentada a política governamental ligada ao software livre junto com as ações do Serpro de maneira a se inserir nas macropolíticas. Não há pretensão de fazer uma revisão exaustiva das diferentes teorias e abordagens envolvidas, uma vez que o objetivo deste estudo foca-se no fenômeno da participação no âmbito da plataforma Participa.br.

2.1 O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

Partindo do conceito, por Saravia e Ferrarezi (2006, p. 29), política pública é “um sistema de decisões públicas que visa ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social”, com objetivos e estratégias de atuação e alocação dos recursos necessários para tal. Alguns exemplos práticos são colocados por Saravia e Ferrarezi (2006): política de emprego estável para os jovens, política de restauração de centros históricos, contra o tabagismo, de segurança, política de reflorestamento dos parques nacionais, de alfabetização de adultos, de luta contra a pobreza, entre outros. Já Rua (2009, p. 9), contribui com o tema mostrando que existem duas faces da política pública: “a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (*policy*) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (*politics*)”.

Abaixo seguem as etapas que fazem parte do processo de política pública, explicadas conforme as definições de Rua (2009):

- Formação da agenda: quando uma situação qualquer é reconhecida como um problema político e a sua discussão passa a integrar as atividades de um grupo de atores sociais (dentro e fora do governo);

- Formação das alternativas e tomada de decisão: quando, após a inclusão do problema na agenda, os atores começam a apresentar propostas de resolução. Essas propostas partem de interesses diversos, então deve-se buscar uma solução aceitável para o maior número de partes envolvidas, pelo menos um consenso. O final da etapa é a tomada de decisão, mesmo que seja um direcionamento sobre a política que está sendo formulada;

- Implementação e monitoramento: consiste em um conjunto de decisões a respeito da operacionalização de uma política, as atividades para sua execução, de tal maneira que as decisões inicialmente tomadas passam a modificar a realidade. Normalmente, a implementação vem acompanhada do monitoramento (a fim de verificar se está aderente com os objetivos pretendidos com a política). Gomide e Pires (2014) complementam que, além das atividades de execução, também aparecem as (re)formulações e tomada de decisão sobre as ações necessárias, assim como os impasses, obstáculos, aprendizados e inovações gerados; e

- Avaliação: procedimentos para julgar os resultados de uma política, que pode elencar ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos.

Existem muitos atores envolvidos na execução de políticas públicas (GOMIDE e PIRES, 2014; RUA, 2009): burocracias de diferentes poderes e níveis de governo, integrantes de partidos políticos e organizações da sociedade civil (sindicatos de trabalhadores, associações empresariais, movimentos sociais), servidores situados na base da administração pública, acadêmicos, organismos internacionais, etc. São todos aqueles cujos interesses poderão ser afetados pelo rumo tomado por uma determinada política pública. De acordo com Gomide e Pires (2014, p. 19):

Em torno de cada política se arranjam organizações (com seus mandatos, recursos, competências e instrumentos legais), mecanismos de coordenação, espaços de negociação e decisão entre atores (do governo, do sistema político e da sociedade), além das obrigações de transparência, prestação de contas e controle. Portanto, compreender o processo das políticas públicas requer aprofundar o olhar nos arranjos institucionais que dão sustentação à implementação destas.

Na tentativa de caracterizar resumidamente este cenário no qual existem as políticas públicas, Rua (2009, p. 36) informa que estas “ocorrem em um ambiente tenso e de alta densidade política, marcado por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade”.

Giovanni e Nogueira (2014) traçam um quadro claro da importância e abrangência do tema políticas públicas, mostrando que este faz parte da linguagem dos governos municipais, estaduais e federal, dos movimentos sociais, das organizações não governamentais, dos sindicatos, dos partidos políticos, da mídia, entre outros. Estes autores definem políticas públicas como sendo “intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações sociais problemáticas”.

Tendo em vista a importância do Serpro para as macropolíticas, tais como inclusão social e digital, transparência e democracia, assim como o direcionamento do Governo Federal para a adoção do software livre, cabe contextualizar as ações do Serpro de maneira a se inserir na dinâmica dessas políticas, ações nas quais se destaca o surgimento do Participa.br.

2.2 O SERPRO E AS MACROPOLÍTICAS

Uma característica fundamental da política pública, trazida por Saravia e Ferrarezi (2006), é que as diversas ações que a compõe devem estar alinhadas com a finalidade de consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder e felicidade das pessoas. O movimento democrático tomou bastante força desde a década de 1980 e, dessa forma, surgiram muitas práticas de inclusão dos atores sociais nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. De acordo com Rua (2009, p. 49):

[...] comunidades organizadas, movimentos sociais, organizações não governamentais e setor privado empresarial participam em conselhos diversos, envolvem-se em projetos comuns, estruturando-se como redes de entidades e instituições que somam capacidades que vão além da capacidade de ação isolada do Estado na resolução de problemas de interesse público.

Entretanto, isso implica em novos desafios que têm relação com o limite deste envolvimento da sociedade e dos cidadãos. Além da dificuldade recorrente de se conseguir uma participação efetiva, é necessário que a sociedade civil seja bem organizada e capaz de exercer influência sobre o sistema político e sobre as burocracias públicas, sem cometer abusos. A performance dos conselhos, só a título de exemplo, tem uma forte ligação com o desempenho do governo municipal (RUA, 2009).

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), ao longo dos anos, desenvolveu iniciativas de Governo Eletrônico para o Governo Federal; no sentido de promover a participação social, uma delas é a plataforma Participa.br, que foi usada como estudo de caso nesta pesquisa. Como empresa vinculada ao Ministério da Fazenda, o Serpro possui a missão de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública Brasileira; o negócio da empresa é a prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicações para o setor público (SERPRO, 2014a).

O Serpro investe no desenvolvimento de soluções tecnológicas em software livre, seguindo a política governamental ligada ao software livre que, de acordo com Serpro (2014a) tem o objetivo de otimizar recursos públicos, compartilhar conhecimento e facilitar a cooperação entre as esferas de governo e a sociedade. “Também desenvolve projetos e programas que contemplam questões sociais de acessibilidade e inclusão digital, e apoia as políticas do Governo Federal nessas áreas” (SERPRO, 2014a). É evidente que, através de ações que seguem essas duas políticas (software livre e inclusão social), o Serpro se insere nas macropolíticas, além de sua contribuição com questões de acessibilidade, transparência e democracia. Colabora por um Estado mais democrático, participativo e transparente, através de soluções e serviços que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo. Dentre as várias soluções desenvolvidas com essas características, destacam-se a declaração do Imposto de Renda via *Internet* (ReceitaNet), a nova Carteira Nacional de Habilitação, o novo Passaporte Brasileiro e os sistemas que controlam e facilitam o comércio exterior brasileiro (Siscomex). O Governo Federal, em 2013, assumindo um compromisso nacional pela participação social, teve como uma das ações contratar o Serpro para desenvolver o Participa.br, que ficou conhecido como a Plataforma Federal da Participação Social. Trata-se de mais um espaço para participação social no Brasil, escuta e diálogo entre o Governo Federal e a sociedade civil, totalmente desenvolvido em software livre e com uma gama de práticas inovadoras de participação via *Internet* e espaços de manifestação e debate para qualquer cidadão ou organização, com o intuito de construir políticas públicas de forma conjunta (SERPRO, 2014b).

É necessário então discorrer sobre os conceitos de Governo Eletrônico e Participação Social, aprofundando um pouco mais o surgimento da plataforma Participa.br, tendo em vista a importância dos mecanismos de tecnologia da informação para o fortalecimento da democracia.

3 GOVERNO ELETRÔNICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O objetivo deste capítulo é abordar brevemente os conceitos da literatura sobre os temas governo eletrônico e participação social, os quais possuem estreita relação entre si. Também será feita uma ligação com a vertente societal e os movimentos sociais, contextualizando a plataforma Participa.br como iniciativa recente da Administração Pública Federal no sentido de promover a participação social. Por fim, serão explicitadas algumas dificuldades enfrentadas na busca pela participação popular, assim como alternativas para superá-las, a partir de situações encontradas na revisão de literatura.

3.1 O QUE SE ENTENDE POR GOVERNO ELETRÔNICO?

A sociedade contemporânea vive uma realidade onde a *Internet* permite uma relação impressionante entre as pessoas, fenômenos sociais relevantes podem ser vistos com as redes sociais virtuais, por exemplo, e assim surgem relacionamentos virtuais de negócios entre atores sociais (empresas, governo e cidadãos), assim como espaços virtuais de participação democrática. A realidade surgida com essas novas formas de interação - comércio eletrônico e governo eletrônico - exige mudanças de comportamento do cidadão, tanto para o uso de serviços transacionais em ambientes virtuais, quanto para o exercício da democracia por meio de espaços virtuais, de forma que se amplie a capacidade coletiva de formulação de agendas públicas (BARBOSA, GETSCHKO e GATTO, 2009; GIOVANNI e NOGUEIRA, 2014). Destaque para o fato de que “a maior ou menor intensidade da participação do cidadão nas atividades do governo eletrônico impacta a efetividade da participação democrática nesse meio” (BARBOSA, GETSCHKO e GATTO, 2009, p. 127).

De acordo com Oliveira (2009), o processo de informatização tem um importante papel na melhoria da gestão pública, em todas as esferas (municipal, estadual e união), assim como nos poderes legislativo, executivo e judiciário. O autor define governo eletrônico como um governo que aplica as tecnologias de informação e comunicação para transformar suas relações internas e externas, visando otimizar a execução de suas funções, com foco na melhoria da gestão interna, na qualidade nos serviços prestados aos cidadãos e, também, no desenvolvimento e fortalecimento da democracia, esta última através do fortalecimento da participação cidadã por meio do acesso à informação e a uma administração mais eficiente.

O Programa de Governo Eletrônico brasileiro pretende transformar as relações do Governo com os cidadãos, empresas e também entre os órgãos do próprio governo, de forma a aprimorar a qualidade dos serviços prestados, promover a interação com empresas e indústrias e fortalecer a participação cidadã por meio do acesso à informação e a uma administração mais eficiente. (OLIVEIRA, 2009, p. 10)

Quando Klering e Schroeder (2008) abordam a evolução do governo eletrônico (e-gov) no Brasil, evidencia-se o esforço da administração pública na transparência de suas atividades, através do registro de informações e disponibilização de serviços em ambientes digitais, com os seguintes exemplos: publicação de balanços e licitações na *Internet*, discussões *on-line*, serviços *on-line*, assim como o uso de novas tecnologias de apoio à educação e capacitação.

Aborda-se no tópico seguinte a correlação entre Governo Eletrônico, movimentos sociais e democracia, onde surge a plataforma Participa.br como um mecanismo estratégico para a participação social.

3.2 GOVERNO ELETRÔNICO, MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA: SURGE O “PARTICIPA.BR”

A vertente da administração pública conhecida como societal, de acordo com a abordagem feita por Paes de Paula (2005), introduziu algumas experiências participativas como Fóruns Temáticos, Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Orçamento Participativo. De forma semelhante, Pires e Vaz (2012) *apud* Gomide e Pires (2014, p. 17), assim como Gomes e Filho (2013), citam alguns espaços compreendidos por este sistema participativo, tais como os conselhos gestores nos três níveis de governo, as conferências de políticas públicas, as audiências e consultas públicas e as ouvidorias. Essas experiências possibilitam que os diferentes interesses da sociedade sejam explicitados e negociados num espaço público transparente.

Segundo Cepik, Canabarro e Possamai (2010a), a Administração Pública Societal não chega de fato a se caracterizar um novo modelo de organização administrativa do aparelho de Estado, mas busca rearticular Estado e sociedade em um ambiente de democracia representativa e participativa, como uma proposta reativa ao denominado Novo Gerencialismo Público, aprofundado por Bresser Pereira (1996), ocorrida em muitos países na década de 1990, enfatizando a participação cidadã nas decisões sobre alocações de investimento público e priorização de políticas públicas. No Brasil, a expressão mais clara

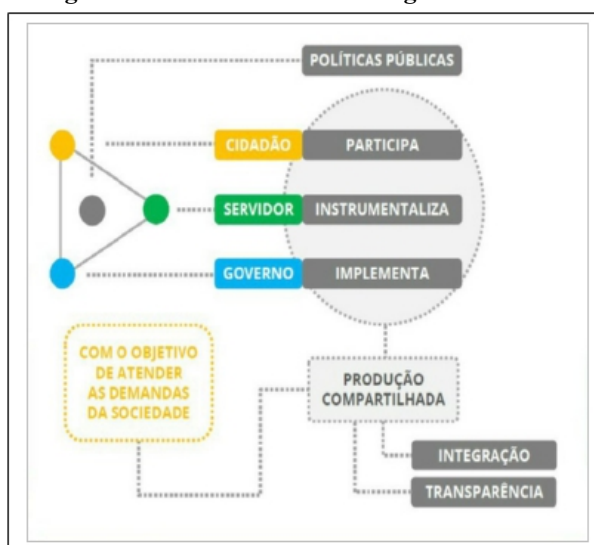
disso foi o crescimento da importância dos conselhos e do orçamento participativo. Já a Governança da Era Digital no setor público pode ser enquadrada dentro de um processo mais amplo de transformação e reforma do aparelho do Estado, no qual as Tecnologias da Informação atuam como ferramentas fundamentais. A inserção das organizações públicas governamentais na *Internet*, através da Tecnologia da Informação, teve como foco a disponibilização de serviços públicos e mecanismos de democracia eletrônica e participação virtual da sociedade. Com o surgimento da web 2.0, a informação pôde ser disponibilizada através de vídeos, textos formatados, gráficos, etc, e a colaboração é auxiliada por ferramentas de discussão (fóruns temáticos, por exemplo), conferências virtuais, enquetes e a própria rede social virtual que é o grande ganho dessa nova forma de lidar com a *Internet* (BARBOSA, GETSCHKO e GATTO, 2009; CEPIK, CANABARRO e POSSAMAI, 2010a).

Os espaços de participação surgiram de projetos e políticas estatais, tendo como um dos fatores impulsionadores os movimentos sociais que, de alguma forma, historicamente, entravam em oposição a projetos e políticas que favoreciam a um Estado centralizador. Os movimentos sociais e as políticas governamentais possuem então uma relação direta, na qual se inserem mecanismos de Tecnologia da Informação como instrumentos ligados às práticas de governança.

Principalmente após a Constituição de 1988, os movimentos populares passaram a ser praticados com mais naturalidade pela sociedade, a fim de exigir do governo a abertura de canais de participação nas decisões (GOMES e FILHO, 2013). Em meados de junho de 2013, movimentos sociais - em forma de manifestações - tiveram visibilidade em todo o país, com força e legitimidade, e funcionaram como *inputs* para a agenda de políticas públicas. O governo, mais uma vez pressionado por uma resposta, levantou dados das redes sociais durante o período das manifestações, já que através das redes virtuais houve grande articulação para os protestos e grande fluxo de debate virtual entre a sociedade. Uma das ações estratégicas do Governo Federal foi priorizar o compromisso nacional pela participação social através do lançamento, em fevereiro de 2014, do Sistema Nacional de Participação Social, denominado “Participa.br”, tendo sido desenvolvido pelo Serpro, sendo este sistema conhecido popularmente como a plataforma de participação social do governo em questão.

Como mais um mecanismo virtual de participação popular na construção das políticas públicas, abrangendo a esfera nacional, o governo aposta nesta plataforma como porta de entrada da relação do cidadão com o Governo Federal, ampliando o acesso do cidadão à informação pública, serviços, prestação de contas e participação popular nas decisões, assim como busca consolidá-la como a primeira rede social governamental do Brasil. A Figura 1 representa os focos do Governo Digital Brasileiro, divulgados no sítio do Portal Brasil.

Figura 1 – Focos do Governo Digital Brasileiro



Fonte: Portal Brasil (2013).

A plataforma Participa.br aparece ao lado do ator Cidadão, como instrumento de exercício da cidadania, indo de encontro ao empoderamento da população para a Era Digital que, conforme Cepik, Canabarro e Possamai (2010b), permite à população participar mais ativamente na formulação, implementação e controle de políticas públicas. O Portal Brasil também dará acesso ao Portal da Transparência e ao Portal da Legislação.

Diante da relevância do tema participação popular para esta pesquisa, cabe um aprofundamento sobre este a fim de fundamentar as considerações realizadas em capítulos futuros.

3.3 DIFICULDADES E ALTERNATIVAS NA BUSCA PELA PARTICIPAÇÃO POPULAR

A identificação das dificuldades enfrentadas e dos fatores que conduzem a operacionalização de uma gestão pública mais democrática é de grande valia para o entendimento do processo de formulação das políticas através de um espaço participativo. O

objetivo deste capítulo é dissertar sobre essas questões, a partir dos estudos de: Gomide e Pires (2014); Gomes e Filho (2013); Costa e Carrion (2014); Cepik, Canabarro e Possamai (2010a); Klering e Schroeder (2008); Guidi (2000); Brancher (2013); e Barbosa, Getschko e Gatto (2009).

3.3.1 Dificuldades e obstáculos em busca de uma Gestão Participativa

Primeiramente, entende-se que a complexidade para se chegar ao consenso aumenta quando da inclusão de diversos atores nos espaços políticos. Existem muitos interesses, de diferentes envolvidos nos processos decisórios, resultando em excesso de demandas sobre o sistema político, reduzindo assim as possibilidades de consenso. Pelo mesmo motivo, as capacidades de realização de objetivos em ritmo acelerado diminuí. A democracia passa então a minimizar as políticas deliberadas de alterações significativas em curto prazo (GOMIDE e PIRES, 2014). Nesta mesma linha de raciocínio, os atores questionam (p. 16): “Como conciliar as distintas dimensões do desenvolvimento (econômica, social, política, ambiental), respeitando-se os múltiplos interesses dos atores que compõem a sociedade, sem violar liberdades garantidas por um regime pluralista e democrático”?

Pensar em problemas e soluções coletivas exige conhecimento, atuar em conselhos exige tempo. Gomes e Filho (2013) reúnem esses e mais outros fatores que dificultam a atuação tanto da sociedade civil, quanto do Estado: descrédito, por parte da sociedade, na eficácia das ações públicas; desconhecimento dos instrumentos legais que permitem a participação; e dificuldade de adaptação aos processos e dinâmicas da sociedade em rede (acentuado entre os setores mais fragilizados da sociedade). Este último merece atenção, pois tende a reforçar ainda mais a exclusão social, política e econômica.

Costa e Carrion (2014) procuram particularizar o tema participação democrática dentro do contexto de coletividades pouco ativas e pouco articuladas. Uma das conclusões é que tais grupos resistem a participar dos espaços participativos para a promoção de políticas públicas, inclusive de projetos de mobilização sociais executados por organizações sociais, pois percebem uma camuflagem dos discursos participativos e democráticos. Ao aprofundar o estudo, percebeu-se que tais grupos possuem sua própria cultura de mobilização, que gira em torno das questões que são importantes na comunidade e que isso ocorre em espaços e momentos que não necessariamente são os espaços formais ou institucionalizados. A

problemática resulta em exclusão social destes grupos nos espaços de discussão, mesmo não sendo proposital.

Por fim, considera-se condição necessária para a democracia, com foco na participação virtual do cidadão, o investimento no processo de inclusão digital. Projetos de inclusão digital têm sido difundidos, entretanto, de acordo com Cepik, Canabarro e Possamai (2010a), deve haver um cuidado para que não se limitem à mera ampliação do acesso à infraestrutura, sem a devida capacitação. A inclusão digital da população brasileira torna-se imprescindível numa realidade onde o governo eletrônico evolui, porém não deve se limitar a adquirir máquinas e permitir o acesso à *Internet*; o principal desafio é criar comunicação efetiva, que envolva, estimule e comprometa, onde cidadãos e organizações tenham grandes oportunidades e alta participação (KLERING e SCHROEDER, 2008).

3.3.2 Alternativas e boas práticas para fomentar a Participação Popular

O estímulo ao uso dos espaços de discussão das políticas é um começo. A capacitação e oportunidade para a sociedade, através de inclusão digital, também somam na promoção da participação popular ativa. Quando se trata de capacitação, é para reforçar que os sujeitos sociais envolvidos nas discussões estejam aptos a contribuir com o debate. Guidi (2000) expõe algumas práticas que podem ser difundidas a fim de se aproximar destes objetivos: o diálogo constante entre cidadãos e governo; transparência com linguagem clara e acessível; alinhamento com as autoridades locais quando for produzir conteúdos de valor agregado para a rede aberta; e o envolvimento e participação do maior número de pessoas possível.

Deve ser posto em prática, mesmo que de forma pouco sistemática, o diálogo virtual. Os gestores públicos podem provocar discussões e coordenar o andamento, assim como a sociedade, com representantes ou não. Dessa forma, é importante que a sociedade tenha e perceba retornos sobre suas questões. É como uma abordagem bidirecional (de baixo para cima e de cima para baixo).

A transparência tão promovida deve ser praticada com linguagem clara, forma de acesso e interface amigável, de fácil entendimento e, até mesmo, interessante. A web 2.0 permite que formas criativas sejam aplicadas tanto para disponibilizar informações, quanto para capacitar pessoas (vídeos *online* e web conferências, por exemplo). Em virtude dos

espaços de participação no processo de tomada de decisões, é ainda mais urgente essa promoção da transparência.

Quando Guidi (2000) recomenda a produção de conteúdos de valor agregado para a rede aberta alinhado às autoridades locais, é pelo fato de que o diálogo de forma alguma pode excluir a comunidade local, para que não se tomem rumos indesejáveis para as políticas.

Nenhum resultado no sentido de democracia virtual será alcançado se não houver o envolvimento e a participação do maior número de pessoas possível, por isso os atores precisam se sentir parte de um processo maior, alinhados através do comprometimento público. De acordo com Jenkins (2006, p. 7) apud Brancher (2013): “nem todos os membros precisam contribuir, mas todos devem acreditar que são livres para contribuir quando estiverem prontos e que aquilo com que eles contribuírem será valorizado apropriadamente”. O autor sugere que essa cultura de se sentir no direito de fazer parte de uma democracia através de uma participação deve acontecer desde a educação infantil, assim os futuros cidadãos terão isso como prática comum. Também os conhecimentos e habilidades tecnológicas e sociais, segundo Brancher (2013), são necessários na cultura participativa, e são adquiridos através da participação ativa.

Ao refletir sobre o papel dos vereadores, enquanto agentes políticos, tendo em vista o desejo de que a participação popular reflita diretamente na construção e implementação das políticas públicas, entende-se que estes primeiros precisam se familiarizar com os mecanismos virtuais de participação e interagir com a sociedade também por estes meios. A proximidade deste agente político com a sociedade deve ser constante, afinal, os vereadores representam a população, sendo a primeira recorrência dela antes de se chegar ao prefeito. Fazendo parte do poder legislativo, devem analisar as demandas sociais e elaborar projetos de leis a serem submetidos ao voto da assembleia da câmara municipal, além de fiscalizar o trabalho do Poder Executivo (RIBEIRO, 2014).

Por fim, Barbosa, Getschko e Gatto (2009) tratam da inclusão digital da população brasileira, defendendo que esta ocorrerá de forma gradativa, através de um modelo de gestão adequado ao perfil continental e heterogêneo do território nacional, e respeitando a diversidade cultural da população. Também reforçam a necessidade de diálogo constante entre os atores-chave da sociedade, entre o governo como representante legítimo da sociedade e gestor dos interesses públicos, da iniciativa privada para a formação de novos

mercados, e da sociedade civil que representa os interesses coletivos, nem sempre contemplados pelo Estado. O que torna tudo isso possível é a vontade política e união dos esforços destes diversos atores.

No próximo capítulo serão discutidos alguns recursos na web, facilitadores do processo de construção colaborativa, de forma a fundamentar as considerações realizadas em capítulos futuros.

4 RECURSOS NA WEB PARA A CULTURA PARTICIPATIVA

É necessário discorrer sobre alguns assuntos de forma a entender como funcionam os mecanismos ou recursos facilitadores do processo de participação virtual na construção colaborativa. Este capítulo tem como objetivo tratar rapidamente sobre esses assuntos e apresentar as iniciativas Gabinete Digital e Código de Processo Civil Online como casos práticos onde a cultura participativa foi aplicada.

4.1 CONSULTA PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA: GABINETE DIGITAL

Bittencourt Filho (apud KLERING e SCHROEDER, 2008, p. 38) apresenta seis níveis e critérios de virtualização de sítios de governos, sendo que, quanto mais evoluído for o sítio, maior o esforço de integração da prefeitura com os cidadãos e a sociedade, em várias questões, inclusive na formação de uma cultura mais participativa e aberta, e na busca de promoção do desenvolvimento de cidadãos. Neste sentido, na esfera estadual, um caso interessante é o do site do Gabinete Digital do Rio Grande do Sul (GABINETE DIGITAL, 2013). Os canais abertos pelo Gabinete Digital já propiciaram importantes resultados como a sociedade ativa na geração de políticas públicas e definição de ações pelo Governo do Rio Grande do Sul. É uma iniciativa no sentido de participação da sociedade na gestão pública e no controle sobre o Estado. No site existem alguns indicadores interessantes, como 100 mil pessoas envolvidas na Consulta Pública a respeito da segurança no trânsito, assim como 50 propostas já priorizadas no sentido de melhorar o atendimento na saúde pública.

O Gabinete Digital é um espaço para participação popular nos moldes do que se entende como “Consultas Públicas”:

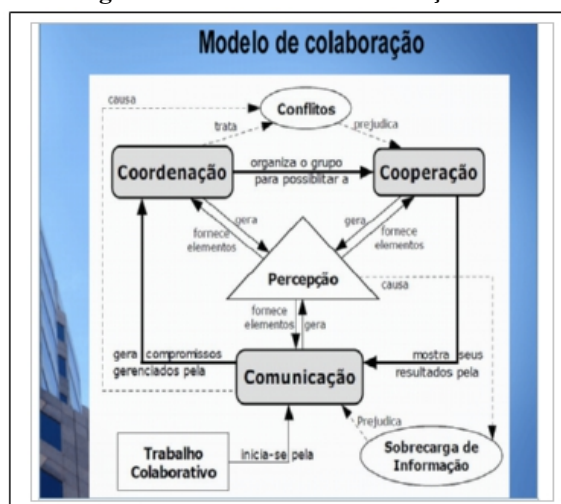
Projetos como “Computadores para a Inclusão” e “Portal da Inclusão Digital” se prestam a habilitar e empoderar a população para a Era Digital (seja para alcançar serviços em meio eletrônico, seja para poder participar mais ativamente na formulação, na implementação e no controle de políticas públicas, por exemplo). Como desdobramento disso, pode-se citar a abertura de um espaço próprio para a participação popular intitulado “Consultas Públicas” dentro do portal do Programa Governo Eletrônico (CEPIK, CANABARRO e POSSAMAI, 2010b, p. 59).

Mecanismos de enquetes virtuais podem ser aplicados para colher da sociedade votações e resultar na priorização de propostas, da forma como foi feito com vários assuntos no Gabinete Digital do RS.

4.2 DISCUSSÃO VIRTUAL COLABORATIVA SOBRE CONSULTAS PÚBLICAS: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ONLINE

Para que os benefícios da colaboração sejam alcançados, é necessário que exista comunicação, coordenação e cooperação como atividades principais. É com base nisso que Tarouco (2013) apresenta o Modelo de Colaboração 3C, ilustrado na Figura 2. Comunicação é definida como a troca de informações e negociação de compromissos para construção do conhecimento; coordenação é lidar com conflitos para manter os focos de comunicação e cooperação; e cooperação é operar em conjunto num espaço compartilhado.

Figura 2 – Modelo de Colaboração 3C



Fonte: Tarouco (2013).

A web 2.0 é praticamente uma “arquitetura de participação” que facilita a coprodução de informação, estabelecimento de redes sociais e espaços para que indivíduos possam interagir. O uso de consultas públicas pode ser associado à teoria do Modelo 3C para que essas consultas sejam abertas a um grande debate virtual, de forma a coletar percepções e opiniões diversas dos atores sociais, objetivando a construção das políticas de forma participativa e colaborativa. Um exemplo de aplicação, mesmo que indireta, deste modelo, pode ser visto na esfera do legislativo, cujo Ministério da Justiça do Brasil lançou uma espécie de consulta pública com funcionalidades interessantes que visam uma interação entre sociedade e governo, no sentido de discutir abertamente e detalhadamente algumas leis. O chamado “Debate Público - Código de Processo Civil Online”, disponível em Ministério da Justiça do Brasil (2014), permite um debate colaborativo para o processo de reforma do Código, trazendo aos cidadãos a oportunidade de debater leis em um ambiente *online* e interativo. Além disso, visa a transparência das leis que regem a esfera nacional. “O objetivo

é produzir uma discussão aberta e democrática, qualificando o debate e ampliando a participação da sociedade na elaboração legislativa, de forma a contribuir para o processo de revisão do Código de Processo Civil” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL, 2014). Utiliza recursos da plataforma livre *WordPress*, que ajuda em construção de conteúdo colaborativo, assim como contém vários padrões visuais voltados para a web que garantem acessibilidade e usabilidade.

Um recurso a ser destacado é a possibilidade do usuário fazer comentários sobre pequenos trechos do texto publicado, ao invés do modo tradicional onde todos os comentários ficam dispostos no final de todo o texto (como nos fóruns virtuais tradicionais). O gestor demarca os parágrafos do texto que são “comentáveis” e pode discutir (respondendo aos comentários feitos). A Figura 3 foi retirada do próprio sítio do Ministério da Justiça e exemplifica este recurso. Pode-se perceber que existe um ícone em forma de balão com a quantidade de comentários feitos para aquele trecho do texto, sendo que o gestor ou um outro usuário pode expandir para visualizar os comentários, clicando no balão, e responder a cada comentário, fomentando assim o debate entre estes e também entre membros da sociedade.

Figura 3 – Texto e Discussão no Código de Processo Civil Online

II – do lugar em que ocorreu o óbito, se o autor da herança não tinha domicílio certo e possuía bens em lugares diferentes.

2 | Art. 50. As ações em que o ausente for réu correm no foro de seu último domicílio, que é também o competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.

2 | Art. 51. A ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio de seu representante.

O período de submissão de contribuições ao Debate Público sobre o Anteprojeto de Novo Código de Processo Civil foi encerrado em 16/05/2011.

Nome
Postado em: 22/4/2011 às 8:4 | [Permalink](#) | [Responder](#)
Sugestão:
Art. 51. A ação em que a pessoa incapaz for parte contrária se processará no foro do domicílio de seu representante.

Nome
Postado em: 11/5/2011 às 8:29 | [Permalink](#) | [Responder](#)
Art. 51 favorece réu incapaz. Evitam-se conflitos de competência ao se acrescentar "independentemente do objeto da ação ou do seu autor".

[OCULTAR COMENTÁRIOS](#)

1 | Art. 52. As causas em que a União for autora serão movidas no domicílio do réu; sendo ré a União, poderá a ação ser movida no domicílio do autor, onde ocorreu o ato ou o fato que deu origem à demanda, onde esteja situada a coisa ou no Distrito Federal.

[↑](#)
TOPO

Fonte: Ministério da Justiça do Brasil (2014).

Além disso, existe a exibição do texto em vigor, ou seja, o texto do código que está em discussão pode ser alterado pelo gestor para já contemplar as melhorias discutidas com a

sociedade (construção colaborativa), dessa forma esse recurso exibe o texto que está valendo no momento. O texto em vigor é exibido quando o usuário clica no ícone representado como um livro aberto, que também pode ser visto na Figura 3.

Se encerra, com este capítulo, a fundamentação teórica julgada como necessária para a pesquisa em questão. Por conta disso, a metodologia será explicitada no capítulo seguinte.

5 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PLATAFORMA PARTICIPA.BR

A partir do que foi fundamentado ao longo dos capítulos anteriores, escolheu-se como o objeto de análise desta pesquisa a plataforma Participa.br, de modo a proporcionar melhor visão e compreensão da forma como ocorre a participação da sociedade e sua influência em políticas públicas neste espaço virtual, idealizado pelo Governo Federal. Na sequência temos a abordagem dos procedimentos metodológicos, seguida da explicação sobre a amostragem, a descrição das funcionalidades da plataforma e sua relação com as teorias revisadas nos capítulos anteriores.

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A plataforma Participa.br é o espaço virtual de participação social escolhido como objeto de estudo desta pesquisa, haja sua importância na contribuição de uma maior democracia no Brasil, assim como o reconhecimento do valor deste canal com o investimento do Governo Federal e o esforço da própria população, na execução de seus papéis. Sendo assim, como método de pesquisa foi escolhida a abordagem de natureza qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo, adotando a estratégia de investigação em torno de estudo de caso. O estudo de caso, segundo Godoy (1995a), tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por quê” certos fenômenos ocorrem e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real, o que é o caso desta pesquisa.

Gil (2008) apresenta o conceito de pesquisas exploratórias, enfoque que visa proporcionar uma visão geral e aproximada acerca de determinado fato, muitas vezes quando o tema escolhido é pouco explorado. As pesquisas descritivas, juntamente com as exploratórias, são comuns aos pesquisadores preocupados com a atuação prática. Quando a pesquisa descritiva acaba servindo para proporcionar uma nova visão do problema, ela se aproxima mais da pesquisa exploratória. Existem também pesquisas explicativas, que aprofundam demais o conhecimento da realidade, explicando detalhadamente o motivo do fenômeno. Como enfoque deste trabalho, considerando que se deseja explorar o fenômeno da participação social e sua influência nas políticas públicas, o pesquisador adotou um enfoque mais exploratório, procurando estar aberto a novas descobertas.

Buscou-se, então, responder à questão da pesquisa através de uma análise qualitativa dos dados, de forma a entender a forma como ocorreu a participação e sua influência em políticas públicas, identificando comportamentos, padrões recorrentes ou termos comuns. Conforme Godoy (1995b), esta análise procura compreender segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo, por isso fontes de dados primárias (produzidas pelo pesquisador) foram obtidas através de questionário aplicado - como instrumento de pesquisa - por e-mail, encaminhado aos participantes da plataforma.

Através de observação simples e não-participante, outras fontes de dados primárias foram coletadas, que dizem respeito ao conteúdo dos comentários realizados nas comunidades. A observação, de acordo com Godoy (1995a), tem um papel essencial no estudo de caso, e pode ser combinada com a entrevista. Em trabalhos de caráter qualitativo, recomenda-se realizar várias entrevistas, curtas e rápidas, conduzidas no ambiente natural e em tom informal. Nesta pesquisa, a observação foi combinada com a aplicação de questionário, que então serviu para complementá-la. A entrevista foi descartada por conta da dificuldade de realizar contatos falados com os participantes da plataforma, já que estes são membros da sociedade de qualquer parte do Brasil – ou do mundo – e não registram, normalmente, seu contato telefônico quando do cadastro no Participa.br, diferente do e-mail que é uma informação obrigatória. Outrossim, o órgão no governo responsável pela plataforma combinou com este pesquisador que enviaria o questionário para os e-mails dos participantes cadastrados. Todavia, o pesquisador realizou alguns diálogos, por e-mail e telefone, com alguns gestores de comunidade a fim de compreender mais o processo de participação e colher informações para melhor embasar o questionário.

Buscou-se um processo interativo entre dados e teoria durante toda a análise, assim como foi feito em um exemplo de uso do estudo de caso colocado por Godoy (1995c, pg. 68). Ao analisar o conteúdo dos comentários, o pesquisador procurou identificar evidências de decisões nas comunidades, influenciadas pelos comentários da sociedade, a fim de verificar os resultados práticos deste mecanismo para a formação de políticas públicas (decisões e rumos tomados nas políticas públicas que foram influenciados pela sociedade).

A revisão de literatura serviu tanto para embasar teoricamente o pesquisador sobre os assuntos em questão, quanto para encontrar outras pesquisas similares, de forma a poder comparar estudos e métodos, apontando as lacunas existentes. Trabalhos de pesquisa como os de Brancher (2013), Costa e Carrion (2014), Gomes e Filho (2013), Guidi (2000), Haigert

(2012) e Silva (2013), auxiliaram neste sentido, servindo também de apoio para estruturar este trabalho. Uma estratégia comum, evidenciada por Vieira (2006) e utilizada aqui, foi a leitura das pesquisas anteriores e dos textos sobre os assuntos (encontrados através de busca em biblioteca digital pelas palavras chave seguintes: participação social, políticas públicas, construção colaborativa, democracia, macropolíticas e governo eletrônico), tomando nota das respostas prévias deixadas pelos autores, ou, pelo menos, alguns direcionamentos provisórios.

Após a revisão de literatura, foi realizada a coleta e análise dos dados da realidade e as conclusões deste pesquisador, que foram ou não confrontadas com as respostas prévias dos outros autores. Dessa forma, houve, em parte, corroboração com os textos e pesquisas anteriores; no caso de apontar para direções diferentes, foram oferecidas possíveis explicações para os fatos. Em relação ao Participa.br, as informações no sítio da plataforma, sua documentação disponível no Serpro e o próprio conhecimento deste pesquisador foram suficientes.

Quando do lançamento do Participa.br na *Internet*, uma das primeiras comunidades criadas foi a comunidade Participação Social, objetivando debater com a sociedade a política de participação social. A pesquisa utilizou os comentários realizados sobre os textos disponibilizados nesta comunidade para nortear a estrutura do questionário.

Assim, a coleta de dados foi realizada por meio de questionário gerado através do recurso *online* e gratuito, denominado Google Drive (Forms), que permite criar formulários de pesquisa na *Internet*, coletar respostas e gerar gráficos dos resultados. Este questionário foi encaminhado a todos os participantes – usuários que se cadastraram na plataforma – sendo ou não gestores de comunidade.

Os comentários realizados nas comunidades, como fontes de dados, são informações públicas e ficam disponíveis abertamente na *Internet*. A respeito de informações públicas, Gil (2008) explica que a observação simples é muito útil quando é feita sobre conhecimento de fatos ou situações que tenham caráter público.

Ao explicar o conceito de documentos, como técnica de coleta, estes são definidos como qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno (GIL, 2008). Os registros dos comentários nas comunidades de participação, então, foram considerados como documentos.

Ao final da análise dos resultados, foram explicitadas as limitações da pesquisa. Com base na análise de Vieira (2006), todo resultado deve ser revisado para verificar se existe estímulo para a elaboração de novas hipóteses de trabalho, o quanto de conhecimento útil conseguiu fornecer (através de aumento do conhecimento existente ou da recomendação de ações) e se os resultados ajudam a resolver problemas específicos.

Considerando a gama de informações contidas na plataforma, faz-se necessário explicar o escopo selecionado como amostragem para a pesquisa, o que é feito a seguir.

5.1.1 Seleção do contexto para análise

O contexto escolhido para a realização da pesquisa foram as comunidades de participação da plataforma Participa.br, durante os meses de março a outubro de 2014. Quanto aos sujeitos, tratam-se das pessoas que participaram das comunidades selecionadas. Cada comunidade representa um assunto ou segmento (por exemplo, a comunidade Comigrar discute a política migratória brasileira) e precisa existir pelo menos uma trilha de participação, de preferência com todas as etapas encerradas, na comunidade, para evidenciar que houve participação com influência em decisões políticas.

Foram escolhidas como amostras, para a observação simples e não-participante, as trilhas de participação de 6 (seis) comunidades, sendo feita uma comparação entre as amostras pesquisadas. O Quadro 1 contém um resumo de algumas comunidades que fizeram parte do escopo de análise.

As outras duas comunidades selecionadas, que não estão descritas no Quadro 1, foram as comunidades Software Público e Soberania Digital. Elas possuem pouca participação, porém apresentaram uma característica importante, que foi a interação entre participante e gestor da comunidade, e por isto foram incluídas na análise.

A respeito da população e amostra, o tipo de corte foi seccional, pois o interesse é no momento atual, sobre o qual os dados são coletados. Já o nível, grupal, no qual o objeto central de interesse são os grupos, neste caso, as comunidades de participação. E as unidades de análise podem ser consideradas as pessoas que estão nos grupos, membros das comunidades de participação escolhidas (VIEIRA, 2006).

Quadro 1 – Comunidades foco de análise

COMUNIDADE	DESCRIÇÃO	FOCO PARA A PESQUISA	Nº DE PESSOAS
Comigrar	Comunidade voltada para a questão migratória no Brasil, com mobilização nacional e internacional dos diversos atores interessados no tema e na discussão dos conceitos centrais da política migratória.	Trilha de participação representando a 1ª Conferência Virtual da Comigrar. Os participantes apresentaram e priorizaram propostas à etapa nacional da Comigrar, no âmbito dos cinco eixos temáticos, independente de onde estejam no país ou no mundo.	205
Parceria para Governo Aberto (OGP)	Iniciativa internacional que tem o objetivo de assegurar a promoção da transparência, luta contra a corrupção, participação social e desenvolvimento de novas tecnologias, de maneira a tornar os governos mais abertos, efetivos e responsáveis.	Trilha de participação representando a consulta pública para a escolha da iniciativa brasileira que será indicada a participar da premiação anual (OGP Awards) de reconhecimento da excelência do trabalho desenvolvido por países e organizações da sociedade civil participantes da OGP, com a temática participação social.	77
Participação Social	Comunidade destinada ao debate sobre a Política Nacional de Participação Social (PNPS), que visa fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre o Governo Federal e sociedade civil.	Trilha de participação com duas consultas públicas realizadas para que a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Compromisso Nacional pela Participação Social (CNPS) tomassem forma.	134
Inclusão Digital	Comunidade com objetivo de estabelecer o diálogo entre todos os atores envolvidos com a Inclusão Digital no Brasil, para a elaboração de referenciais curriculares da nova proposta de formação de Agentes de Inclusão Digital para o catálogo de cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).	Trilha de participação destinada à construção participativa do Modelo de Plano de Curso - Agente de Inclusão Digital.	63

Fonte: Participa (2014e); Participa (2014i); Participa (2014j); Participa (2014k).

A análise sobre o escopo apresentado será realizada em capítulo posterior, tendo como base a observação simples e não-participante, juntamente com as respostas do questionário aplicado, de acordo com os procedimentos metodológicos explicitados no capítulo que segue.

5.1.2 Detalhamento dos procedimentos metodológicos

Como pôde ser visto no Quadro 1, com exceção das comunidades Participação Social e Comigrar, a quantidade de membros nas comunidades não passou de 130 participantes, entretanto algumas comunidades apresentaram interação entre participante e gestor, assim como processo de votação (decisão democrática) que foi identificado em pelo menos uma delas. Por estes motivos, a aplicação do questionário foi encaminhada a todos os participantes da plataforma. Ao todo, o questionário foi encaminhado para 4.845 pessoas, através de uma

funcionalidade da plataforma que permite ao administrador encaminhar um e-mail para todos os usuários.

Os principais itens incluídos neste instrumento de pesquisa foram perguntas voltadas para o quanto o participante percebia questões como transparência das informações sobre as políticas e as ações realizadas, organização e objetivo das trilhas de participação (assim como o seu resultado), como ocorreu a sua participação e se houve influência para as políticas (decisões e rumos tomados), como ocorreu a participação dos gestores dos temas, se houve algum processo democrático de decisão e se as ferramentas da plataforma ampliaram o processo democrático. Foram treze questões objetivas, embora cada uma delas tinham um espaço, opcional, para o respondente complementar ou justificar a sua resposta livremente.

No intuito de medir o desempenho, a partir da visão dos respondentes, foi utilizada uma escala no questionário desta pesquisa, inspirada no modelo SERVQUAL apresentado por Bateson e Hoffman (2001). A escala contém respostas que representam uma visão do tipo "menos do que o esperado" ou "mais do que o esperado". Assim, todas as perguntas do questionário tinham exatamente cinco respostas para que fosse escolhida uma delas, sendo que as duas primeiras respostas representavam que a percepção, a respeito do que foi questionado, estava abaixo da média, a terceira representava que estava minimamente satisfatório (na média) e as duas últimas mostravam uma percepção acima ou bem acima da média.

Para fins de entendimento, o Quadro 2 mostra uma das perguntas, as possíveis respostas e o seu significado utilizado para a análise, aplicando esse conceito de expectativa versus resultado.

Quadro 2 – Exemplo do questionário e significado das respostas para a análise

PERGUNTA: As discussões ocorridas influenciaram na construção da política a ser implementada?	
RESPOSTA	SIGNIFICADO PARA A ANÁLISE
As discussões não foram consideradas	MUITO ABAIXO DO ESPERADO
Houve pouca discussão que de fato influenciou	UM POUCO ABAIXO DO ESPERADO
Uma boa parte das discussões influenciou, mesmo que de forma indireta	O MÍNIMO ESPERADO
Uma boa parte das discussões de fato influenciou e considero que foram bem relevantes	UM POUCO ACIMA DO ESPERADO
Houve bastante discussão que de fato influenciou, foram relevantes e impactaram diretamente no resultado	MUITO ACIMA DO ESPERADO

Fonte: Elaborado pelo autor.

O ideal é que as respostas se concentrem a partir do item que representa “O MÍNIMO ESPERADO” para cima, de preferência que seja mais para o último (“MUITO ACIMA DO ESPERADO”). Por esse motivo, ao realizar a análise foram somados os percentuais que ficaram antes do item “O MÍNIMO ESPERADO” para representar que o resultado não foi satisfatório e, então, o somatório dos percentuais que ficaram acima de “O MÍNIMO ESPERADO” para representar que o resultado foi bem satisfatório.

5.2 ANÁLISE

A análise dos dados coletados foi estruturada da seguinte forma: inicialmente serão apresentadas as características das funcionalidades da plataforma Participa.br, detalhando o mecanismo de trilhas de participação dentro das comunidades. Logo em seguida, a análise em si, destinada a perceber o quanto a participação efetiva está presente através da plataforma, pelo conteúdo dos comentários e etapas das trilhas de participação, pela forma como a sociedade interagiu com o governo, assim como pelo conteúdo das respostas ao questionário aplicado, sendo que todos os dados foram analisados com a atual visão de democracia e participação social através de construção colaborativa.

5.2.1 O Participa.br

Os mecanismos (funcionalidades) da plataforma Participa.br são componentes da atual visão de democracia e participação social através de construção colaborativa. Isso se dá principalmente dentro das comunidades de participação, através da funcionalidade “trilhas de participação”. A amplitude e diversidade de assuntos que podem ser tratados e de decisões públicas a serem tomadas neste ambiente é alta.

O Participa.br foi disponibilizado na *Internet* (PARTICIPA, 2014a) para uso da sociedade desde março de 2014. Nele podem ser encontrados mecanismos de consulta pública e construção colaborativa onde atores da sociedade, exercendo o papel de cidadão, participam através de comentários dentro de comunidades temáticas, fomentando a proposta de compromisso nacional pela participação social. A iniciativa consolida alguns mecanismos do Governo Federal para permitir a participação direta dos cidadãos na elaboração dos planos de governos, a exemplo dos orçamentos participativos implementados em algumas cidades (EXAME, 2014).

Trata-se de um ambiente interativo de rede social que permite a publicação de conteúdos pelos próprios usuários, sendo que qualquer pessoa pode fazer o seu cadastro na plataforma. Trata-se de mais um espaço para participação social no Brasil, escuta e diálogo entre o Governo Federal e a sociedade civil. Totalmente desenvolvida em software livre, tem a missão de desenvolver práticas inovadoras de participação via *Internet* e oferta de espaços de manifestação e debate para qualquer cidadão ou organização, com o intuito de construir políticas públicas cada vez mais eficazes e efetivas (SERPRO, 2014b).

Foi concebido através da tecnologia *Noosfero*, ferramenta livre voltada para desenvolvimento de redes sociais virtuais. Primeiramente ela foi usada para desenvolver uma rede social interna do Serpro, chamada “Voce.Serpro”, a fim de aproximar os funcionários da diretoria da empresa. Após sucesso de divulgação, a Presidência da República solicitou o uso da mesma tecnologia para implementar o Participa.br. Em sua reformulação, a plataforma terá integração com o *facebook*, ou seja, textos, vídeos, áudios e imagens produzidos pelo Portal Brasil poderão ser lidos, curtidos e compartilhados pelo *facebook*. Dessa forma, tende a ser transformado na primeira rede social governamental nacional, com participação da população.

A página inicial da plataforma mostra a gama de recursos da web 2.0 utilizados: vídeos, notícias, lista de participantes da rede, *links* para as redes sociais *facebook*, *twitter* e *instagram*, lista das comunidades, trilhas de participação, quantidade de usuários, comentários e acessos, entre outros. Três grandes blocos de informação ajudam a guiar o internauta cidadão. A explicação seguinte, dividida por esses blocos, pretende mostrar as funcionalidades principais da plataforma:

a) Bloco “Participe!”: acesso às consultas públicas em andamento e possibilidade de contribuição através de comentários. Existem dois caminhos para participar dos diálogos e debates: comunidades ou trilhas de participação (PARTICIPA, 2014a). Existem comunidades diversas e qualquer pessoa pode escolher aquela na qual se interessa e fazer parte da mesma. Algumas comunidades existentes: Escola na Cultura Digital, Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, Desenvolvimento Sustentável, Agente de Inclusão Digital, Fórum Interconselhos, etc. Para servir de exemplo, na Figura 4 pode ser vista a página da comunidade Agente de Inclusão Digital. Nesta, o texto em consulta com a proposta ficou disponível no fórum da comunidade com o recurso de comentário sobre um bloco de texto, previamente marcado pelo administrador da comunidade, o mesmo recurso que foi usado no “Debate Público - Código de Processo Civil Online” (ver novamente a Figura 3). As

informações de identificação dos participantes foram ocultadas nesta e em outras figuras, já que não se buscou autorização formal dos participantes para sua divulgação. Após o processo de debates, sugestões e trocas de experiências, finalizou-se o período de Consulta Pública para a elaboração de referenciais curriculares do curso de Agente de Inclusão Digital e, depois de analisadas as contribuições, o resultado foi a versão final do Plano de Curso de Agente de Inclusão Digital, elaborado como produto dos debates realizados durante Consulta Pública na comunidade (PARTICIPA, 2014b).

Figura 4 – Comunidade Agente de Inclusão Digital no Participa.br

Fonte: Participa (2014b).

A Figura 5 mostra comentários de pessoas sobre um determinado texto na comunidade Compromisso Nacional pela Participação Social.

Figura 5 – Debate em uma comunidade do Participa.br

Fonte: Participa (2014k).

A trilha de participação pode ser compreendida como uma forma de permitir a participação para a construção coletiva de uma determinada proposta de política pública, através de alguns passos devidamente organizados. Um exemplo visto no Participa.br é dentro da comunidade Educultura, onde foi criada uma trilha voltada para o fortalecimento de práticas de educação emancipatórias. De acordo com Participa (2014c), a trilha possui 3 passos de participação: o primeiro passo é de contribuição com o texto do “Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas”; o segundo passo é um fórum de debate sobre educação popular como política pública, onde cada pessoa interessada pode dar sua contribuição; e o terceiro passo é o da consulta pública da Política Nacional de Educação Popular que será aberto em momento oportuno. A Figura 6 descreve, para título de exemplo, o segundo e terceiro passos dessa trilha.

Segundo Participa (2014d), as Trilhas de Participação são a forma como o tema será debatido em cada comunidade. Elas personificam o caminho que se percorreu até a criação e/ou alteração de uma determinada política pública. Toda comunidade ou tema precisa ter como fim a incidência nas políticas públicas. Existem diversos mecanismos que chamamos de Trilhas de Participação: debate, fórum, consulta pública, etc. Basta que o gestor do tema (da comunidade) escolha qual se encaixa melhor em cada etapa da trilha. Um encontro *online*, uma web conferência e outros mecanismos de participação também podem ser considerados uma trilha de participação, ou mesmo uma das etapas da sua trilha. Tudo vai depender de como as pessoas vão se organizar para debater um determinado assunto.

Figura 6 – Passos da trilha da Política Nacional de Educação Popular no Participa.br

The image shows a screenshot of the Participa.br interface. It features two distinct sections, one green and one yellow, representing different steps in a participation trail. The green section is for a forum debate, and the yellow section is for a public consultation. Both sections include a large numbered circle, a date range, a title, and a brief description of the activity.

2	<p>de 14 de Janeiro até 4 de Junho de 2014 Participe!</p> <p>Forum de Debate - Educação Popular como Política Pública</p> <p>Este é o espaço criado para debate livre e democrático sobre as possibilidades e os limites da educação popular como política pública.</p> <p>Os debates se organizam em tópicos que podem ser criados por qualquer participante.</p> <p>Sejam Bem Vindas!</p> <p>Ferramenta: FORUM - Educação Popular como Política Pública</p>
3	<p>de 27 de Junho até 14 de Julho de 2014 Em breve</p> <p>Consulta - Política Nacional de Educação Popular</p> <p>Consulta pública da Política Nacional de Educação Popular.</p>

Fonte: Participa (2014c).

b) Bloco “Proponha!”: permite sugerir temas para os próximos debates. Existe um espaço para que o cidadão proponha qual política pública quer construir com o governo no Participa.br. Segundo o Participa (2014a), é necessário propor um tema delimitando qual vai ser o resultado do debate, e como isso tem relação com a vida das pessoas e da sociedade. A proposta então será avaliada e construída colaborativamente entre os atores da sociedade e o gestor público do tema, de forma a se tornar uma política pública executável. A partir dessa iniciativa, a equipe de comunicação da plataforma dará suporte para que os administradores de comunidade criem suas trilhas a partir da definição da estratégia do diálogo. Um exemplo prático foi a trilha na comunidade Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR): a proposta foi realizar a 1ª Conferência Virtual sobre Migrações e Refúgio (PARTICIPA, 2014e). A trilha foi definida da seguinte forma:

1º Passo - Debates abertos, em fóruns virtuais, sobre as temáticas dos cinco eixos. De 10 a 25 de fevereiro de 2014. Foram apresentados os cinco eixos temáticos e lançadas algumas perguntas sobre cada um deles, permitindo que os membros da comunidade fizessem os comentários sobre cada pergunta. A Figura 7 mostra o primeiro eixo temático e, pode ser visto, ao lado do ícone do balão de diálogo, um número, que significa quantos comentários foram feitos sobre a pergunta. Podemos ver que foram feitos 4 comentários para a primeira pergunta, 2 para a segunda e 5 para a terceira. Ao clicar no balão, serão exibidos os comentários, permitindo inclusive responder a algum comentário, complementando ou discordando, ou realizar um novo comentário, fomentando assim o debate.

Figura 7 – Debate sobre os eixos temáticos da 1ª Comigrar

EIXOS TEMÁTICOS DA 1ª COMIGRAR
Visualizado 485 vezes

I – IGUALDADE DE TRATAMENTO E ACESSO A SERVIÇOS E DIREITOS

A isonomia é princípio constitucional e é no próprio texto da Constituição Federal que constam expressamente únicas exceções baseadas em nacionalidade, como acontece ainda hoje em relação ao acesso a determinados cargos.

4 Aqui perguntamos como se pode internalizar nas instituições a necessidade de aplicar tratamento isonômico, igualitário e justo independente de nacionalidade; como se pode aprofundar o acesso a serviços públicos universais brasileiros, levando-se em consideração as peculiaridades de cada população migrante e refugiada?

2 Como se pode aprofundar junto aos migrantes brasileiros no exterior, ações, direitos e serviços que fortaleçam o sentido de pertinência à sua comunidade nacional de origem?

5 Como propiciar ao solicitante de refúgio e a todo migrante que demande atenção especializada um atendimento adequado pela rede de serviço brasileira?

Fonte: Participa (2014e).

2º Passo - Formulação das propostas como subsídios à Política e ao Plano Nacionais. De 26 de fevereiro a 9 de março de 2014. Para cada eixo foram coletadas as propostas, usando recurso de tópicos de fórum para consolidar em um quadro geral a quantidade de propostas por eixo, como pode ser visto na Figura 8.

Figura 8 – Consolidação das propostas por eixo temático da 1ª Comigrar

Tópico de discussão	Posts	Último post
Eixo 1: Igualdade de Tratamento e Acesso a Serviços e Direitos	32	13 de Março de 2014, 13:43 por GESTOR
Eixo 2: Inserção Social, Econômica e Produtiva	18	13 de Março de 2014, 13:45 por GESTOR
Eixo 5: Participação Social e Cidadã, Transparência e Dados	7	9 de Março de 2014, 21:38 por MAIS
Eixo 3: Cidadania Cultural e Reconhecimento da Diversidade	15	13 de Março de 2014, 13:49 por GESTOR
Eixo 4: Abordagem de Violações de Direitos e Meios de Prevenção e Proteção	27	13 de Março de 2014, 13:50 por GESTOR

Fonte: Participa (2014e).

3º Passo - Priorização de propostas através de votação virtual. De 14 a 23 de março de 2014. O cidadão pôde escolher o eixo e votar em qual proposta preferiu, usando o botão “curtir” (símbolo de uma mão verde com o polegar estendido em sinal afirmativo). A Figura 9 mostra essa situação de votação para o eixo 3.

Figura 9 – Votação entre as propostas da 1ª Comigrar

EIXO 3: CIDADANIA CULTURAL E RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE

3 de Fevereiro de 2014
Visualizado 236 vezes

Vote nas propostas que julgar serem prioritárias. Você pode votar em quantas propostas quiser, em qualquer um dos eixos. Para votar, entre no eixo e use os botões para "curtir" 🍎, à direita de cada proposta.

15 COMENTÁRIOS

Foto 9 de Março de 2014, 12:35 6 🍎 🍏 🗑️

Nome **Integração sem assimilação**
A integração dos estrangeiros no Brasil deve ser realizada de forma a respeitar suas características culturais. A integração não deve ser confundida com assimilação e perda de manifestações coletivas ou individuais.

Nome 9 de Março de 2014, 15:46 4 🍎 🍏 🗑️

Nome **Valorização das culturas e promoção da interculturalidade**
Intensificar a promoção da interculturalidade, como meio, não só, mas também, para construir uma sociedade

Fonte: Participa (2014e).

c) Bloco “Mobilize!”: permite a divulgação e busca de apoio para as suas propostas. Dentro deste escopo estão as funcionalidades mais comuns de uma rede social, painel do usuário, grupo de amigos, comunidades das quais faz parte, integração com *facebook*, *instagram* e *twitter*, *blog* pessoal para divulgar suas ações, etc. A participação nas redes *facebook*, *youtube*, *twitter*, *flickr* permitem usar os recursos da web 2.0 para expandir a participação e buscar a mobilização de dentro de casa.

O próximo capítulo contém a descrição dos resultados encontrados com a aplicação do método, explicado previamente, aos dados.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A fim de atingir os objetivos propostos para a pesquisa, o primeiro passo na identificação de elementos que ajudaram a entender a forma como ocorreu a participação e sua influência em políticas públicas no caso estudado, foi a leitura dos comentários realizados nas comunidades e a busca de evidência de decisões e rumos tomados nas políticas que foram influenciados pela sociedade através de seus comentários. Todavia, não somente os comentários foram os elementos determinantes, mas também os mecanismos de participação em forma de enquetes e votações virtuais.

Partindo do pressuposto que o recurso da trilha de participação no Participa.br é o grande mecanismo da plataforma que traduz a atual visão de democracia e participação social através de construção colaborativa, foram selecionadas comunidades que possuem trilha concluída ou em fase de conclusão, já que esta é a condição para que tenha havido decisão política. As comunidades possuem características diferentes entre si, além da política pública específica que é tratada por cada uma, a forma como os gestores utilizaram os recursos da plataforma, para permitir e acompanhar a participação social, reforçou esse diferencial.

A partir da observação simples e não participante, utilizando a aplicação dos questionários como complemento, foram investigadas as ações, dificuldades e soluções adotadas na busca pela participação social para a formação das políticas. Os resultados serão descritos a seguir, separando uma comunidade por seção, apresentando quadros resumo contendo as principais observações a partir dos seguintes aspectos: participação da sociedade e dos gestores, processos de decisão, etapas da política pública, transparência e diferencial da comunidade. Finalmente, serão apresentados os resultados a partir do questionário aplicado, para complementar a análise.

6.1 COMUNIDADE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O processo de participação na plataforma iniciou com o lançamento da consulta pública destinada a formular a Política Nacional de Participação Social (PNPS), através de um debate virtual na comunidade Participação Social que contou com 134 pessoas. Os comentários desses atores sociais sobre a proposta foram os primórdios, no Participa.br, do exercício da cidadania, da ação conjunta entre o Governo Federal e sociedade civil para a

formulação de uma política, neste caso, resultando num documento denominado Compromisso Nacional pela Participação Social (CNPS) e no Decreto Federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014 (BRASIL, 2014), que instituiu a PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). A discussão virtual ocorreu no formato de fórum, no qual ficou disponível o texto com a proposta inicial do PNPS, contendo alguns trechos previamente marcados como passíveis de terem comentários por parte dos integrantes da comunidade. Esse formato foi utilizado praticamente em todas as trilhas de participação analisadas.

Idealmente, não devem existir quaisquer barreiras que excluam do debate os membros da sociedade. No que diz respeito ao espaço de participação desta pesquisa, o debate é virtual, então é necessário que a sociedade funcione adequadamente em rede. No trabalho recente de Gomes e Filho (2013) também se exploraram situações semelhantes em torno da participação da sociedade em rede, concluindo que, como primeira condição, deve haver uma garantia do acesso de todos aos meios de participação, por meio de uma política pública capaz de assegurar a inserção de todos na sociedade da informação. Entende-se que esta política é a de inclusão digital, mas como foi mencionado ela é somente o primeiro passo. Um passo posterior é estimular o uso do espaço virtual para facilitar as discussões, transparência, ações coletivas e participação democrática. A construção da política de participação social que resultou na PNPS, no SNPS e no CNPS pode ser considerada mais um meio para a concretização deste passo, pois é necessário o entendimento das regras de participação e estas foram construídas colaborativamente, sendo assim legitimadas pela sociedade. Com o compartilhamento de decisões entre Estado e sociedade, o processo fica politicamente legitimador (GOMIDE e PIRES, 2014) e se garante a transparência dos processos decisórios.

Um fenômeno observado nessa comunidade foi a influência da iniciativa. A partir do momento em que alguém fez um primeiro comentário sobre um determinado conteúdo, os demais membros da comunidade rapidamente complementaram, concordaram ou discordaram e, dessa forma, o diálogo discorreu facilmente. Principalmente quando alguém deixou uma pergunta, tendenciando outras pessoas a tentarem responder. Praticamente não foram encontrados trechos com somente um comentário, ou era zero ou tinha mais de um.

Em dado momento da discussão, um participante sugeriu acrescentar ao texto da PNPS o uso do software livre como premissa para permitir o máximo de participação social, inclusive na construção das ferramentas tecnológicas de participação, já que com isto o código fonte é aberto e qualquer pessoa capacitada pode evoluir as soluções para o benefício

de todos. Observou-se que, posteriormente, um dos artigos do Decreto que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, contemplou este pedido. Trata-se do Artigo 18 do Decreto Federal nº 8.243 (BRASIL, 2014), que descreve o seguinte:

[...] Art. 18. Na criação de ambientes virtuais de participação social devem ser observadas, no mínimo, as seguintes diretrizes:

[...] X - utilização prioritária de softwares e licenças livres como estratégia de estímulo à participação na construção das ferramentas tecnológicas de participação social; e [...]

Apesar da inferência anterior, não há de fato uma garantia plena de que um comentário específico de um membro da sociedade gerou determinado resultado, entretanto é altamente provável que tenha existido alguma influência. Por isso a importância da transparência, disponibilizando através da comunidade um acesso ao texto final do decreto, de forma que os membros vejam o resultado concreto da participação e tenham a oportunidade de sinalizar possíveis desvios. Neste caso, com a disponibilização do *link* para o texto final do decreto, a transparência foi contemplada.

Por outro lado, houve uma pequena falha na comunidade pois verificou-se que alguns questionamentos, realizados pelos participantes, sobre o monitoramento e avaliação deste texto final do CNPS (emissão de relatórios periódicos, por exemplo), acabaram ficando sem resposta e a trilha de participação foi encerrada.

Quadro 3 – Resumo da análise para a Comunidade Participação Social

COMUNIDADE: Participação Social OBJETIVO DA TRILHA: Construir a PNPS e o CNPS	
Participação da sociedade	Ativa. Muitas sugestões para o texto da política. Apesar de alguns comentários estarem fora do foco da discussão, houve consenso por conta das concordâncias identificadas.
Participação de gestores	Somente na postagem do texto e criação da trilha. Não houve participação ativa durante as discussões.
Processos de decisão	Não houve. Ficou limitado à formação do texto da política.
Etapas da política pública	Agenda: não influenciou, pois o assunto já estava priorizado (PNPS); Alternativas e tomada de decisão: sim, pois houve discussão para decidir o texto final da política (PNPS); Implementação e monitoramento: sim, na medida que se estabeleceram as regras de participação e outras comunidades já executaram estas; Avaliação: entende-se que está em andamento já que a participação está ocorrendo em várias comunidades, ou seja, está havendo uma avaliação na prática, informalmente.
Transparência	Foi contemplada considerando que o Decreto, como resultado das discussões, foi divulgado na comunidade e contemplava algumas sugestões dos participantes.
Diferencial da comunidade	Trata-se do primeiro exercício da cidadania na plataforma, unindo Governo Federal e sociedade na formulação de uma política. Além disso, a política em questão (PNPS) estabelece as premissas de participação e por isso mesmo influencia em todas as outras comunidades que foram abertas para participação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A formação de um consenso, democraticamente construído, não é tarefa simples. Ao mesmo tempo em que se busca o máximo de pessoas para participação, isso dificulta a concretização do consenso, já que a diversidade de pensamento e interesses aumenta. Muitas vezes, perde-se o foco da discussão já que existe abertura para todo o tipo de comentário. Na comunidade em questão, um outro fenômeno observado vai de encontro ao perigo da participação não qualificada que gerou perda de foco na discussão. Tratam-se de alguns comentários genéricos que, na verdade, se limitaram a criticar o serviço público e manifestaram uma descrença forte na iniciativa deste canal de participação. Isso foi percebido através de colocações do tipo “nenhum serviço público funciona”, “qualquer iniciativa favorece aos corruptos”, estas levemente alteradas pelo pesquisador. O que deveria existir por parte do participante é um bom senso e preparo para as colocações a fim de publicá-las num espaço apropriado, do tipo ouvidoria, ou que este sugerisse a criação de uma comunidade com esta finalidade. Por parte do governo, atribuir a alguns gestores públicos a responsabilidade de administrar um espaço, comunidade, com esta finalidade, e moderar previamente os comentários inadequados é uma boa saída. Existem ferramentas de moderação que facilmente seriam contempladas no Participa.br, entretanto não foram priorizadas até então.

6.2 COMUNIDADE COMIGRAR

A comunidade Comigrar foi bastante observada nesta pesquisa, pois facilmente se percebeu uma gama de conteúdo com objetivos claros, além de bastante organização nas etapas e nos prazos de sua trilha de participação. A comunidade trata da questão migratória no Brasil e a trilha representou a 1ª Conferência Virtual da Comigrar. Os participantes apresentaram e priorizaram propostas a serem levadas para a etapa nacional da Comigrar, no âmbito dos cinco eixos temáticos. Essa etapa nacional ocorreu de forma presencial, então podemos concluir que a discussão virtual teve êxito no sentido de que houve boa capacidade coletiva para a formulação de agendas públicas a serem discutidas em momento posterior, indo de encontro ao que Giovanni e Nogueira (2014) defendem como a intensificação da capacidade de participação do cidadão no processo das políticas.

A gama de notícias em destaque na página inicial da comunidade mostrou uma preocupação com a transparência das ações voltadas para o tema. Uma delas contém o “Caderno Final de Propostas da Comigrar”, que foi o resultado formalizado de todo um processo de participação, oficialmente entregue ao Governo Federal, contendo propostas

operacionais e estratégicas para integrar o tema das migrações e refúgio e da proteção dos direitos das populações migrantes nas políticas públicas brasileiras (PARTICIPA, 2014f). Também se verificou uma boa divulgação da etapa presencial, antes e depois de sua realização, que foi feita em São Paulo, nos dias 30, 31 de maio e 1º de junho. Outras iniciativas como a disponibilização de material de apoio e um espaço para que as pessoas contribuam com alguma sugestão - denominado "Migracoteca" - reforçam a preocupação com a transparência e acesso às informações necessárias para qualificar a participação da sociedade. A própria divisão em cinco eixos temáticos, que norteou a trilha de participação, facilitou o entendimento e o foco para algumas pessoas que tinham mais interesse em colaborar com algum eixo específico. A primeira etapa da trilha apresentou o texto-base, separado pelos eixos, cada um deles com algumas questões problematizadoras e abertas ao debate virtual (usando o recurso de texto comentável). Dessa forma fluiu um debate aberto no formato de fórum, sobre as temáticas dos cinco eixos.

Quadro 4 – Resumo da análise para a Comunidade Comigrar

COMUNIDADE: Comigrar	
OBJETIVO DA TRILHA: 1ª Conferência Virtual a fim de levantar e priorizar as propostas à etapa nacional da Comigrar, no âmbito dos cinco eixos temáticos	
Participação da sociedade	Ativa. Demonstrou propriedade sobre o assunto. Embora tenha prevalecido um grupo reduzido de pessoas, foram muitas propostas levantadas e votadas (priorizadas) para compor a etapa nacional. Houve pouca interação entre as pessoas, não se identificou debate entre elas (respostas aos comentários de outros).
Participação de gestores	Somente na postagem dos textos e criação da trilha. Não houve participação ativa durante as discussões.
Processos de decisão	Sim. A partir das propostas levantadas pelos participantes, foi feita uma votação <i>online</i> para priorizar essas propostas.
Etapas da política pública	Agenda: sim, pois foram levantadas propostas que serviram para fechar a agenda da etapa nacional; Alternativas e tomada de decisão: sim, pois propostas levantadas passaram por votação, na terceira etapa da trilha, e isto se traduziu como decisão sobre quais seriam priorizadas; Implementação e monitoramento: entende-se que está em andamento, desde junho de 2014, já que as propostas que foram fechadas na etapa nacional foram submetidas ao Governo Federal, contendo propostas tanto operacionais como estratégicas para integrar o tema das migrações e refúgio e da proteção dos direitos das populações migrantes nas políticas públicas brasileiras; Avaliação: esta etapa ainda não foi iniciada, pois não se encontrou na comunidade nenhuma notícia sobre o andamento da implementação e monitoramento desta, mesmo supondo que as etapas anteriores já foram iniciadas.
Transparência	Foi contemplada considerando o conteúdo disponibilizado a nível de informações (explicação dos eixos temáticos), notícias (sobre o resultado das etapas virtual e presencial) e publicações (como o Caderno Final de Propostas da Comigrar, que representa um resultado prático).
Diferencial da comunidade	Trata-se de uma comunidade que levantou um assunto específico e atraiu alguns participantes da sociedade, os quais demonstraram propriedade para discutir e colaborar qualitativamente. Além disso, com objetivos claros, começou com uma etapa virtual e concluiu com uma etapa presencial, sendo que ambas demonstraram certo nível de participação (com direito a votação), levando-nos a concluir que a participação virtual nesta foi tanto efetiva quando a presencial.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A segunda etapa colheu propostas da sociedade, separadas pelos eixos, onde se observou uma boa participação e propostas ousadas e interessantes, na visão deste pesquisador. A título de exemplos, algumas propostas: 1. Facilitar o acesso do Bolsa Família aos refugiados; 2. Formas para validar a formação profissional do refugiado no Brasil; 3. Criação de Núcleos de Apoio aos Refugiados e Migrantes (NAREM); 4. Programa de microcrédito para migrantes e refugiados; 5. Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

A boa participação não significa que muitas pessoas diferentes entraram com propostas. Na verdade, percebe-se que as mesmas pessoas, um grupo que não chegou a dez, postou propostas, embora tenham sido muitas propostas (99 ao todo). Entretanto, na etapa seguinte - a última - as propostas foram priorizadas através de votação aberta, onde qualquer membro da plataforma Participa.br poderia votar nas propostas que julgou melhores (no máximo um voto por proposta, mas podendo votar em quantas desejasse), através do botão “curtir” (símbolo de uma mão verde com o polegar estendido em sinal afirmativo). As primeiras mais votadas foram encaminhadas como prioridade para a etapa presencial.

6.3 COMUNIDADE GOVERNO ABERTO

Na comunidade Governo Aberto, foi possível verificar a presença de algumas alternativas e um processo de votação sobre uma questão bem pontual: escolha da iniciativa brasileira para participar da premiação anual (OGP Awards) de reconhecimento da excelência do trabalho desenvolvido por países e organizações da sociedade civil participantes da OGP, com a temática participação social.

A trilha de participação foi composta por duas etapas, a primeira para apresentar as alternativas, a segunda para que os participantes escolhessem uma delas através de votação. Entre as iniciativas estavam o Portal de Dados Abertos (catálogo de fácil acesso que permite a localização de 231 conjuntos de dados de diversas áreas do governo em formato aberto), o Observatório Participativo da Juventude (ambiente virtual interativo, voltado à participação e mobilização social e à produção do conhecimento sobre, para e pela juventude brasileira, conhecido como “Participatório”), o Olho Vivo no Dinheiro Público (iniciativa da Controladoria-Geral da União - CGU para estimular e prover o cidadão de instrumentos para realizar o controle do uso dos recursos públicos) e o próprio Participa.br (PARTICIPA, 2014g).

Quadro 5 – Resumo da análise para a Comunidade Governo Aberto

COMUNIDADE: Governo Aberto	
OBJETIVO DA TRILHA: Escolha da iniciativa brasileira para participar da premiação anual (OGP Awards), com a temática participação social	
Participação da sociedade	Ativa. Com o total de 1.438 votos entre as quatro iniciativas, a população teve sua participação na escolha. A trilha não previu participação através de comentários. Teria sido interessante a abertura para o diálogo a fim de que os participantes da comunidade submetessem questionamentos sobre as iniciativas e, dessa forma, os gestores responderiam com os esclarecimentos necessários.
Participação de gestores	Somente na postagem dos textos sobre as iniciativas participantes. Não houve participação ativa pelo fato de que a trilha não previa comentários nem da sociedade, nem dos gestores.
Processos de decisão	Sim. A partir das votações entre as iniciativas, foi escolhida, de forma democrática, o “Olho Vivo no Dinheiro Público”.
Etapas da política pública	Devido ao objetivo da comunidade (tornar os governos mais abertos) e da trilha de participação (escolha da iniciativa para participar de uma premiação internacional), essa análise sobre as etapas de uma política pública não se aplica.
Transparência	Foi contemplada considerando o conteúdo disponibilizado (explicação das iniciativas participantes e acesso ao site de cada uma para maiores informações) e também pela divulgação do resultado e quantidade de votos de cada uma delas.
Diferencial da comunidade	Trata-se de uma comunidade que busca claramente alcançar pontos críticos e inquestionáveis de um governo democrático com uso da tecnologia: transparência, luta contra a corrupção, participação social e desenvolvimento de novas tecnologias.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A segunda etapa da trilha resultou na escolha da iniciativa “Olho Vivo no Dinheiro Público”, conforme pode ser conferido na Figura 10.

Figura 10 – Resultado da votação para indicar ao OGP Awards

Resultado da consulta pública			
Total de votos: 1438			
Idéia	Preferido	Preterido	Score
 Olho Vivo no Dinheiro Público	709	158	82
 Participa.br	354	381	48
 Portal de Dados Abertos	265	393	40
 Participatório da Juventude	110	506	18

Fonte: Participa (2014h).

A comunidade é uma iniciativa internacional que tem o objetivo de assegurar a promoção da transparência, luta contra a corrupção, participação social e desenvolvimento de novas tecnologias, de maneira a tornar os governos mais abertos, efetivos e responsáveis (PARTICIPA, 2014i). A trilha de participação analisada continha consulta pública sem o recurso de comentários, pois não havia necessidade de discussão, tendo em vista seu objetivo.

6.4 COMUNIDADE INCLUSÃO DIGITAL

Estabelecer o diálogo entre todos os atores envolvidos com o assunto Inclusão Digital no Brasil é condição para que qualquer canal virtual de participação funcione. Esta comunidade disponibilizou uma trilha para a elaboração de referenciais curriculares a fim de propor uma nova formação de Agentes de Inclusão Digital para o catálogo de cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Quadro 6 – Resumo da análise para a Comunidade Inclusão Digital

COMUNIDADE: Inclusão Digital	
OBJETIVO DA TRILHA: Elaboração do modelo de Plano de Curso para formação de Agentes de Inclusão Digital	
Participação da sociedade	Ativa. Embora tenham havido poucos comentários, houve diálogo entre os participantes, inclusive com comentários concordando ou complementando outros. A formação do Plano de Curso foi feita colaborativamente, desde seu conteúdo até a distribuição da carga horária.
Participação de gestores	Somente na postagem do modelo do plano, sua consolidação e divulgação da versão final. Entende-se que a participação de gestores na formação do plano, durante a trilha, não tenha ocorrido.
Processos de decisão	Não. O objetivo da trilha não envolveu tomadas de decisão, somente construção colaborativa.
Etapas da política pública	Agenda: por se tratar de um escopo definido, entende-se que este já fazia parte da agenda para a política pública de inclusão digital; Alternativas e tomada de decisão: sim, pois propostas foram levantadas e isso resultou na versão final do plano, entretanto não se identifica claramente processos de decisão; Implementação e monitoramento: entende-se que está começando ou já em andamento, partindo do pressuposto que o plano foi formado e ele pode então ser utilizado como referência para a formação dos próximos agentes; Avaliação: esta etapa ainda não foi iniciada, pois não se encontrou na comunidade nenhuma notícia sobre o resultado da aplicação do plano.
Transparência	Foi contemplada considerando o conteúdo disponibilizado através das postagens na página inicial (versão final do plano de curso, informações sobre educação e cultura digital, etc), entretanto essa política é bem crítica e abrangente, por isso esperava-se mais conteúdo sobre as ações e investimentos na questão da inclusão digital.
Diferencial da comunidade	Trata-se de uma comunidade que utilizou a trilha de participação para construir colaborativamente um modelo escrito, dessa forma experimentou um recurso importante da plataforma.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O modelo de Plano de Curso, instrumento que subsidiou a trilha, ficou cerca de 50 dias disponível para discussão na plataforma. Após o processo de participação, foi divulgada a sua versão final, resultante das discussões. Houve um comentário pedindo e reforçando a importância de se colocar as referências bibliográficas, durante a trilha de participação; após a conclusão desta e divulgação da versão final, verificamos que as referências foram devidamente listadas, como pode ser visto em ParticIPA (2014j). Essa postagem contendo a versão final ficou aberta a comentários, passível então de ter um retorno dos participantes sobre a informação. Importante destacar que a página inicial da comunidade contém postagens interessantes relacionadas ao assunto tratado. Por exemplo, existe conteúdo sobre educação e cultura digital, uso de software livre, etc.

6.5 COMUNIDADES SOFTWARE PÚBLICO E SOBERANIA DIGITAL

Apesar de não ter havido uma intensa participação nessas comunidades, ambas apresentaram um diferencial relevante em relação às demais, que foi a interação entre participante e gestor da comunidade. Algumas evidências apontadas nas respostas a comentários realizados, com conteúdos do tipo “sua sugestão está sendo analisada e poderá compor a...” ou “é complicado abordar de uma só vez...”, sendo que muitos comentários foram respondidos, mostrou maturidade e envolvimento de gestores no processo, dando maior segurança e sensação de parceria entre sociedade e Estado na elaboração das políticas.

Quadro 7 – Resumo da análise para as Comunidades Software Público e Soberania Digital

COMUNIDADES: Software Público e Soberania Digital OBJETIVO DAS TRILHAS: Reformulação do Portal do Software Público Brasileiro (Software Público) e desenvolvimento de Arranjos Produtivos de Software Livre (Soberania Digital).	
Participação da sociedade	Ativa. Embora tenham havido poucos comentários, houve diálogo entre os participantes, inclusive com comentários concordando ou complementando outros.
Participação de gestores	Ativa. Durante a própria discussão nas trilhas de participação foram encontrados comentários de gestores, identificados a partir da postura realizada.
Processos de decisão	Não. O objetivo das trilhas não envolveu tomadas de decisão.
Etapas da política pública	Agenda: por se tratar de escopos definidos, entende-se que este já fazia parte da agenda para as políticas; Alternativas e tomada de decisão: sim, pois propostas foram levantadas para a reformulação dos textos, entretanto não se identifica claramente processos de decisão; Implementação e monitoramento: entende-se que está em andamento, partindo do pressuposto que propostas foram construídas para atender aos objetivos das trilhas; Avaliação: esta etapa ainda não foi iniciada, pois não se encontrou nas comunidades nenhuma notícia sobre o resultado da aplicação das propostas.
Transparência	Foi contemplada considerando o conteúdo disponibilizado para a base das discussões, entretanto falta uma divulgação dos resultados alcançados (andamento das mudanças).
Diferencial das comunidades	Tratam-se de comunidades onde houve interação transparente entre gestores e participantes, algo que deixou a desejar nas demais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado da análise sobre as discussões na plataforma foi praticamente o mesmo e, por isso, ambas as comunidades estão consolidadas neste tópico. A comunidade Software Público e a comunidade Soberania Digital, possuem 128 e 80 membros, respectivamente.

Encerra-se, aqui, a análise realizada sobre os registros das discussões na plataforma. Em seguida serão apresentados os resultados a partir do questionário aplicado.

6.6 CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO QUESTIONÁRIO APLICADO

Durante o período de 30/10/2014 a 13/11/2014, foi aplicado o questionário a 4.845 pessoas e, ao todo, foram coletadas 200 respostas, as quais auxiliaram bastante na análise, a partir dos gráficos gerados.

Antes das perguntas que, de fato, buscaram a percepção dos usuários quanto ao processo de participação, foram coletadas as seguintes informações do respondente: escolaridade, onde trabalha, como conheceu o Participa.br e qual a forma de atuação deste na plataforma (consultou, participou com comentários, administrou comunidade, etc). A partir dessas respostas preliminares com foco no conhecimento do perfil dos respondentes, algumas conclusões foram obtidas.

A maioria dos respondentes (88%) possui ensino superior, especialização ou mestrado (no mínimo), levando a acreditar na relevância da formação educacional para despertar a vontade de participação, pois a maioria dos participantes possui escolaridade elevada. Dessa forma, percebe-se que este é um indício de que as ações de inclusão das pessoas - para participar das discussões que envolvem políticas públicas - deve ser investida desde o ensino fundamental, pois esta camada só correspondeu a 12% dos respondentes

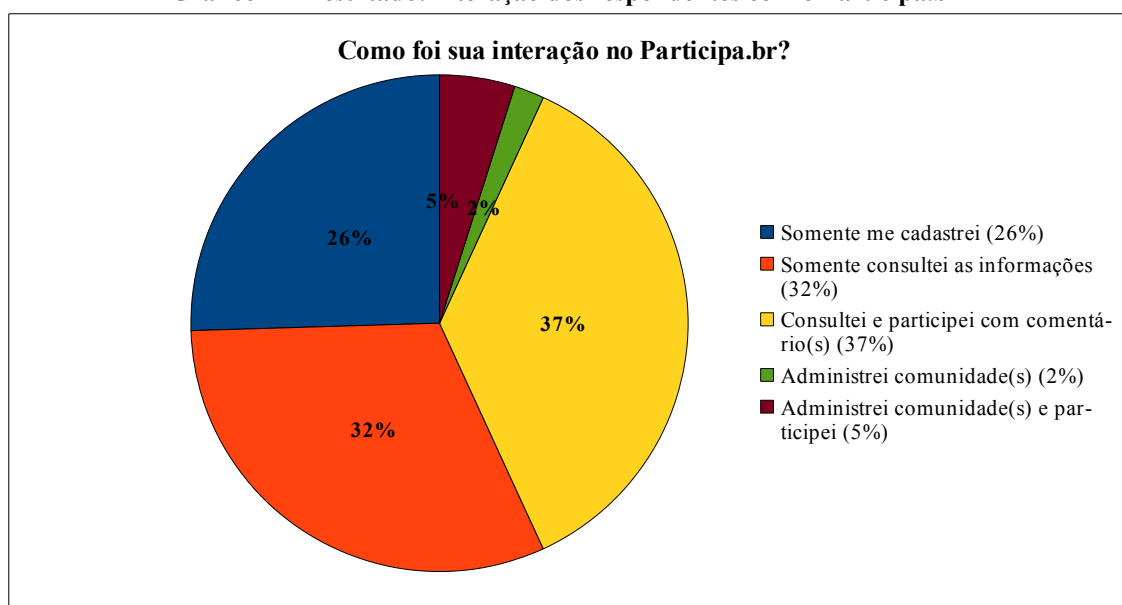
Em relação a trabalho, percebeu-se um equilíbrio interessante entre os participantes, pois 41% se manifestaram como profissionais que atuam em empresa pública, sendo que, para o grupo restante (59%), prevaleceu o conjunto dos profissionais autônomos (23%). É importante saber que a maioria não é gestor público, pois o objetivo é que se tenha muita presença da população em geral, que não atua profissionalmente nas esferas de governo.

Ao tratar da forma como as pessoas obtiveram conhecimento sobre este espaço de discussão virtual, a grande maioria (47%) respondeu que foi através da divulgação no Portal Brasil, enquanto que 23% teve conhecimento através de redes sociais ou notícias na *Internet*.

Entende-se que uma maior divulgação da plataforma nas mídias sociais seja essencial para trazer mais participantes.

Por fim, um dado estatístico muito importante para esta pesquisa foi constatar que 37% participou de fato nas comunidades, através de comentários realizados, sendo a maioria dos respondentes para essa questão, dando assim maior credibilidade em relação às respostas, já que entende-se que aqueles que participam do processo da construção colaborativa, possuem maior propriedade para analisar o resultado. O Gráfico 1 representa este resultado.

Gráfico 1 – Resultado: interação dos respondentes com o Participa.br



Fonte: Elaborado pelo autor.

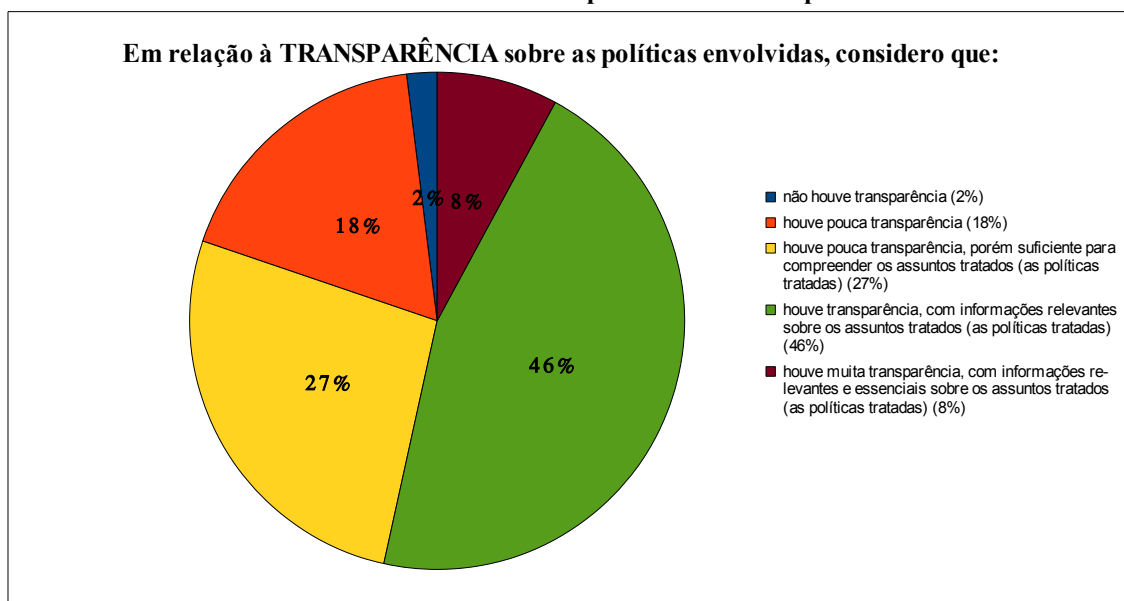
Em relação aos resultados dos questionamentos voltados para a análise da participação social e sua influência em políticas públicas através do Participa.br, foram treze perguntas e alguns resultados serão apresentados através de gráficos com informações consolidadas.

O Gráfico 2 demonstra a percepção das pessoas em relação à transparência (conteúdos informativos, decisões, resultados e andamentos das políticas, ações realizadas, instrumentos de controle, etc) sobre as políticas públicas envolvidas.

Apesar da maioria informar que houve transparência com informações relevantes sobre as políticas tratadas, somente 8% atestou que houve muita transparência com informações relevantes e essenciais sobre as políticas. Algumas respostas subjetivas foram

diretas ao sugerir uma melhoria na clareza dos assuntos tratados e das decisões, com ações do tipo: disponibilizar consultas às verbas públicas municipais, divulgar as discussões nas mídias eletrônicas e não somente no próprio Participa.br, entre outras. Temos então uma percepção de que a transparência está acima da média, já que a maioria (54%) respondeu apontando uma entre as duas últimas respostas (representam “acima do esperado”).

Gráfico 2 – Resultado: transparência no Participa.br

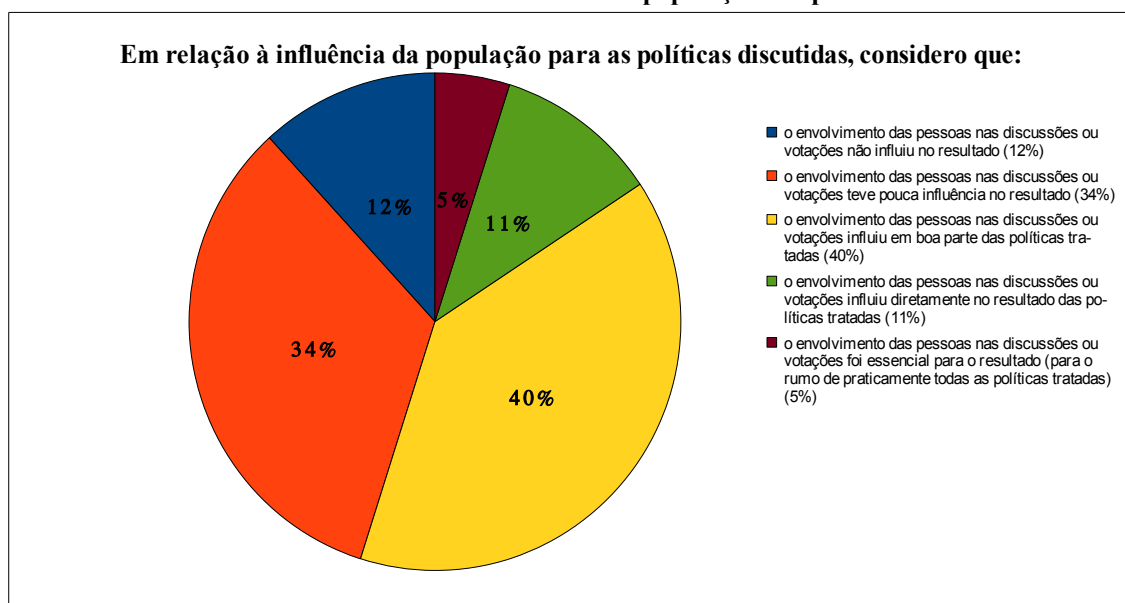


Fonte: Elaborado pelo autor.

Resultado similar houve quando se questionou a respeito do quanto os participantes estavam entendendo o conteúdo disponibilizado nas consultas disponibilizadas para discussão. 63% dos respondentes manifestaram que estava acima da média, embora o percentual de 37%, que representou uma percepção de que houve baixo entendimento, tenha de ser considerado para que ações de melhoria, clareza ou detalhamento dos assuntos tratados, tenham de ser tomadas, mesmo ao constatar nas respostas descritivas que algumas pessoas manifestaram pouca dedicação delas mesmas para entendimento dos assuntos.

Ao tentar analisar o grau de influência da participação da população nas decisões, claramente se percebeu a dificuldade através da coleta das respostas a alguns questionamentos. Algumas respostas descritivas já apontaram essa dificuldade. Como pode ser visto no Gráfico 3, podemos verificar esse resultado através das respostas objetivas para os questionamentos que buscaram mensurar se as discussões ocorridas na plataforma influenciaram as políticas.

Gráfico 3 – Resultado: influência da população nas políticas



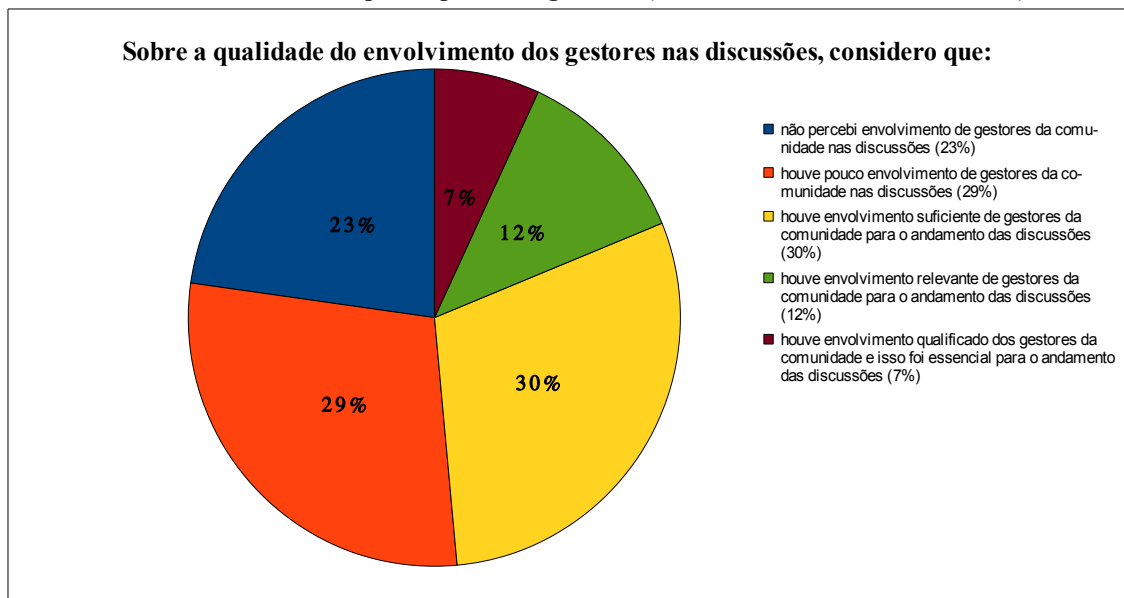
Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se uma tendência em apontar que este fator encontra-se na média satisfatória. A maioria apontou a resposta “o envolvimento das pessoas nas discussões ou votações influenciou em boa parte das políticas tratadas” (40%), porém 34% informou que “o envolvimento das pessoas nas discussões ou votações teve pouca influência no resultado”. Isso reforça o entendimento de que existe certa influência das discussões com colaboração da sociedade, entretanto é difícil medir o quanto isso de fato influenciou no resultado. Dessa forma, o reforço na questão da transparência – que está melhor avaliada conforme anteriormente (Gráfico 2) – é condição essencial para aumentar a percepção de que o processo está mais democrático. Verificamos também, através de outra pergunta, a percepção de que houve pouco espaço para votação ou qualquer processo de decisão coletiva (37%).

Quando a análise da coleta foi em cima das questões que analisaram o esforço e a qualidade da participação da sociedade e dos gestores públicos, a tendência mostrou resultados mais abaixo da média. Na autoavaliação, a maioria respondeu que houve pouca participação e não consideraram esta como relevante para as decisões políticas (37%). Ao avaliar a participação das outras pessoas, a maioria manifestou que existiram alguns comentários qualificados, mas não foram suficientes para influir no rumo nas políticas tratadas (45%). O Gráfico 4 aponta a percepção dos respondentes a respeito da qualificação da participação de gestores dos temas (administradores da comunidade com papel de

mediador, esclarecedor de dúvidas e orientações), com o resultado totalizado em 52% como abaixo do esperado.

Gráfico 4 – Resultado: participação de gestores (administradores de comunidade)



Fonte: Elaborado pelo autor.

A preocupação maior, que reforça a necessidade de rever e investir na atuação dos gestores públicos nas comunidades, assim como numa evolução na plataforma para destacar o envolvimento dos gestores, é justamente essa percepção dos respondentes em relação a qualificação da participação de gestores dos temas (administradores da comunidade com papel de mediador, esclarecedor de dúvidas e orientações). 23% dos respondentes nem perceberam envolvimento algum de gestores da comunidade nas discussões, embora 30% tenham considerado que o envolvimento destes foi suficiente para o andamento das discussões. Acreditando-se que o papel destes é essencial no processo, preocupa-se o baixo percentual escolhido para o item que seria bem acima da média (7%) em relação à percepção dos respondentes de que houve envolvimento qualificado e essencial dos gestores para o andamento das discussões.

As respostas a respeito do quanto houve transparência em relação ao andamento das políticas envolvidas, do acompanhamento e avaliação de políticas públicas, foram um pouco preocupantes, já que 47% informou que estava abaixo da média e somente 25%, acima. É importante que, após o processo de participação e de decisão política, haja intensa divulgação da implantação e dos resultados alcançados.

6.7 CONCLUSÕES DO PROCESSO DE ANÁLISE

A tentativa de relacionar a trilha das comunidades com as etapas de uma política pública foi muito útil, especialmente para fins de análise. Na prática, as etapas estão intimamente ligadas a ponto de ser irrelevante determinar onde uma delas termina e a outra começa. Contudo, é conveniente essa separação a fim de entender o quanto cada uma influenciou nas políticas.

No entanto, observa-se que a busca por traços universais comuns nas comunidades não foi uma boa estratégia de análise. Os assuntos tratados são bem distintos, assim como as diferentes formas de apresentação, e isso trouxe uma diversidade que, na verdade, é positiva. Não é preciso buscar características para provar, de uma maneira geral, se uma forma de apresentação e andamento dos meios de participação é ou não a ideal. Entende-se que a plataforma disponibiliza recursos interessantes e simples, contudo o diferencial está na forma como eles serão usados dentro do assunto específico; neste ponto, os gestores possuem uma responsabilidade grande para o resultado, assim como a sociedade que precisa participar ativamente das discussões, já que diversas oportunidades estão sendo dadas por meio deste canal de participação. Podemos considerar a trilha de participação da Comigrar como um destaque nas questões de transparência, participação e decisão democrática, pela explicação exposta anteriormente no quadro resumo (Quadro 4), entretanto cada uma das comunidades apresentou pelo menos um ponto positivo e relevante para a sua política.

Isto posto, não pretende-se identificar alguma forma de “melhor prática”, pois cada contexto, cada comunidade, é bem específica, além de que os atores são variados. Entretanto, arrisca-se propor certos comportamentos após a análise realizada, tais como: buscar responder às perguntas feitas pelos participantes; divulgar as regras e objetivos da trilha previamente; dividir a trilha em etapas significativas de forma que o término de uma sirva de base para a seguinte; e utilizar recursos de votação *online* a partir de informações consolidadas, evitando consolidar resultados sem um aval dos participantes.

Ao refletir sobre as limitações da plataforma, a atenção voltou-se para o fato de que qualquer pessoa pode se tornar um administrador de comunidade, independente de ser um cidadão ou um gestor público. Um usuário cadastrado pode propor a criação de uma comunidade temática, esta solicitação passa pela análise dos gestores do Participa.br e, caso seja aprovada, o usuário se torna administrador e pode postar conteúdo e criar trilhas de participação. Ao mesmo tempo em que isso dá uma maior liberdade para a sociedade

mostrar as políticas que deseja discutir, também permite abertura a conteúdos diversos e, em alguns casos, desconexos, caso essa moderação não seja cuidadosa. Após aprovada a criação de uma comunidade, tudo o mais é encaminhado pelo usuário sem moderação. Além disso, a plataforma não diferencia quem são gestores (no caso são aqueles que criaram a comunidade e podem aceitar novos membros, postar conteúdo e criar as trilhas de participação) de quem é somente participante; para quem está navegando na plataforma, todos são visualizados como membros da comunidade. Esses fatores motivaram o congelamento do Participa.br na época das eleições de 2014, sob a justificativa de que a natureza do ambiente não encontra respaldo nas teses jurídicas e, por isso, tende-se a responsabilizar os gestores da plataforma pelo conteúdo publicado por seus usuários.

A partir da análise realizada, verificou-se que as diversas políticas foram escolhidas e os meios de participação foram efetivos através das trilhas, entretanto a ausência da interação dos gestores da comunidade com a sociedade reduziu a efetividade da participação, já que os gestores tendem a ter uma visão mais apurada sobre os assuntos tratados, suas limitações, conhecimentos sobre recursos, competências e instrumentos legais destas, sendo assim poderiam ter auxiliado na discussão, tomando o cuidado de não induzir as pessoas com suas próprias opiniões e assim retirar a autonomia da sociedade. Portanto, o que se propõe aqui é uma atuação dos gestores públicos mais presente, inclusive visualmente na plataforma.

O papel dos gestores de comunidade é auxiliar nas discussões influenciando na capacidade de atuação da sociedade. Entende-se que os participantes da comunidade são os membros da sociedade e os gestores da comunidade são os gestores públicos do tema (da política) em discussão. Estes gestores devem participar das discussões com sua contribuição qualificada, cuidando para que a autonomia da sociedade seja prelevada, auxiliando a mesma e removendo os obstáculos para que ela trilhe o melhor caminho a fim de se chegar a uma decisão por consenso. Também cabe aos gestores exercer um papel de mediador, esclarecedor de dúvidas e conselheiro, dentro do processo de discussão com o grupo social envolvido e interessado, a fim de resolver alguma questão que envolva política pública, de forma eficiente.

Uma forma de aproveitar o fenômeno observado na comunidade Participação Social, onde o primeiro comentário incentiva mais comentários, é propor ao gestor que este tome algumas iniciativas sobre trechos de discussão, ou até inicie o fórum de debate. As trilhas de participação com prazo, organização e coordenação através desta postura do gestor é

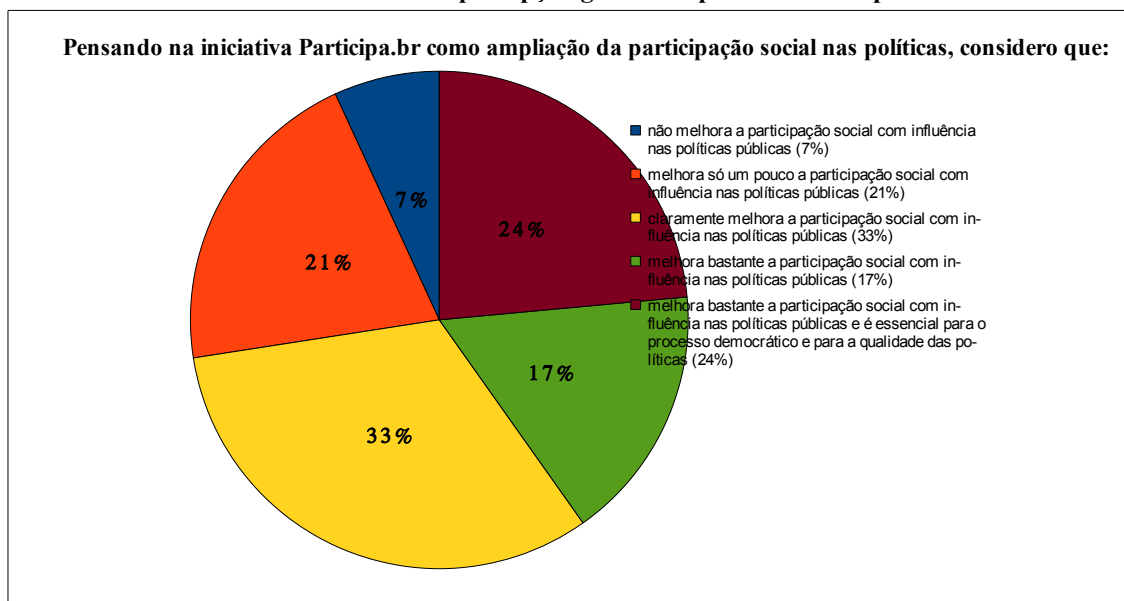
importante, inclusive diante de uma urgência, onde este pode influir ou tomar alguma decisão, no caso da sociedade não chegar a uma conclusão tempestivamente.

A forma como os gestores devem agir neste espaço, de acordo com Giovanni e Nogueira (2014), quando tratam da cultura política de participação, é como uma pessoa que se põe à frente e puxa os demais, que sinaliza, dá direções, coordena. Articulados e fomentando redes e conexões, proliferam quanto mais o poder público se democratiza e é capaz de se colocar como dono do processo. Tomadas medidas para a participação no processo de tomada de decisões e na construção de consenso, alcança-se um Estado que busca ser verdadeiramente democrático. Institucionalizar e fornecer mecanismos para votação e participação igualitária não é suficiente, deve vir junto com a capacidade de resposta rápida às demandas da sociedade e promoção da participação social (GIOVANNI e NOGUEIRA, 2014).

Os espaços, tomando o Participa.br como exemplo, já existem e são interessantes em sua proposta. O que se deve, a partir de agora, é tirar os gestores públicos da zona de conforto e capacitá-los para interagir com a população através destes espaços. Podemos observar que o nível de politização e cidadania está forte, pois a sociedade tem mais acesso às informações e aos espaços. Alguns cidadãos já querem participar através do seu celular. Por outro lado, muitos cidadãos precisam também sair da sua zona de conforto, rever seus próprios comportamentos e participar do processo. A qualificação e formação de todas as partes é algo continuado. Giovanni e Nogueira (2014) contribuem com este raciocínio ao defender que esse contexto impõe aos gestores uma exigência constante de criatividade e inovação no plano da formulação e implementação das políticas. Essa inovação pode ser facilitada pelos recursos disponíveis no Participa.br, mas é o seu uso por parte dos gestores que faz a diferença, junto com o engajamento da sociedade, pois os contextos sociais mudam com muita rapidez.

O Gráfico 5 é uma representação positiva do quanto a sociedade acredita neste espaço, como ampliação do processo democrático, já que uma boa parte (24%) apontou como muito acima da média, ao responder que a iniciativa melhora bastante a participação social com influência nas políticas públicas e é essencial para o processo democrático e para a qualidade das políticas envolvidas. A maioria apontou que existe uma melhoria clara (33%) e, no geral, a percepção ficou acima do esperado, com 41%, contra os 28% abaixo do esperado.

Gráfico 5 – Resultado: percepção geral a respeito do Participa.br



Fonte: Elaborado pelo autor.

As respostas subjetivas também ressaltaram o quanto a iniciativa deste espaço virtual de participação é fundamental para aprofundar a experiência democrática no Brasil e que essa melhoria se dará de forma gradativa. A plataforma precisa ser mais intensamente usada e suas discussões e deliberações devem ser seriamente consideradas para as decisões de governo. Dos debates surgiram boas sugestões que podem ser aprimoradas e convertidas em decisões políticas. Mesmo com o pouco tempo disponível, a iniciativa já mostrou sua importância para a democracia.

É propósito desta pesquisa, pois, sugerir algumas ações ou direcionamentos para que se possa ter uma abordagem mais eficaz à questão da participação social no tratamento das políticas públicas, através de espaços virtuais de participação, após tomar o Participa.br como foco de análise:

1. Encurtar a distância existente entre a população e os gestores públicos: é fundamental que exista a presença reconhecida dos gestores públicos nas comunidades da plataforma. O que se observou foi uma interessante participação de membros da sociedade nas discussões, entretanto o envolvimento dos gestores ficou restrito à preparação, lançamento e operacionalização das trilhas de participação, ou seja, ficou faltando a participação destes nas discussões sobre os textos em consulta lançados. Por exemplo, nem toda proposta que parte da sociedade pode ser considerada uma política pública executável; a presença dos gestores públicos, com seus conhecimentos a respeito das políticas, seria útil para sinalizar – durante as discussões – quais propostas são factíveis e quais não são. Em

uma evolução da plataforma, poderia haver a diferenciação entre os comentários de quem é membro (atores da sociedade) daqueles comentários de quem é administrador (gestor público) da comunidade. Os gestores poderiam seguir orientações mínimas, tais como: responder aos comentários da sociedade que foram postados como dúvida, tentar fazer um fechamento extraindo o consenso da discussão, ou até provocar a participação dando o exemplo;

2. Disseminar o conhecimento a respeito do que são políticas públicas, quais suas etapas e características: existem dicionários de políticas públicas, tais como o de Giovanni e Nogueira (2014) e Castro, Gontijo e Amabile (2012), sendo que este último é de acesso livre e gratuito na *Internet* e foi intitulado como o primeiro dicionário de Políticas Públicas do Brasil, disponibilizado pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), objetivando disponibilizar acesso aos “conceitos relacionados à teoria e à prática das políticas públicas para estudantes, pesquisadores, gestores públicos e cidadãos interessados na compreensão da gestão pública contemporânea e suas relações internas e externas.” (CASTRO, GONTIJO e AMABILE, 2012). Os dicionários servem para a educação dos servidores públicos e para que o cidadão comum tenha acesso livre ao tema e possa ter propriedade sobre os conteúdos que giram em torno das políticas públicas. Na plataforma pode ser criada uma comunidade destinada a essa disseminação, onde estariam os *links* para os diversos tópicos do dicionário;

3. Abordar as teorias que explicam os assuntos tratados nas políticas públicas, antes de abrir a trilha de participação: é fundamental o entendimento dos assuntos tratados em uma política, a fim de que a colaboração individual seja qualificada. Por exemplo, quem entende pouco do assunto migração tende a colaborar pouco ou até confundir uma discussão coletiva sobre o assunto (no caso da comunidade Comigrar). Uma explicação, mesmo que breve, antes de abrir para discussão uma determinada política, é uma boa prática dentro da comunidade. Importante também é expor as limitações, até onde vai determinada política, quando for reavaliar ou incrementar esta;

4. Seleção e aperfeiçoamento dos gestores das comunidades temáticas: nas comunidades analisadas, além de ser difícil diferenciar quem era gestor de quem era ator da sociedade, houve também pouca participação dos gestores nas discussões. Estes são importantes para moderar, auxiliar as pessoas no direcionamento de suas discussões, preferencialmente fazendo um papel de orientador, alguém que ajuda a eliminar os impedimentos (dúvidas, dificuldades) para que a discussão flua corretamente e direcionada

ao objetivo. O desdobramento deste direcionamento, para propor uma especialização dos gestores, poderá ser tratado como um futuro trabalho de pesquisa;

5. Toda pessoa deve ser orientada a tornar-se um cidadão: deve ser disseminado, nos meios de comunicação, o direcionamento do governo em buscar a sociedade como parceira para pensar e oferecer soluções que visem o bem social. Quando se pensa em inclusão digital, muitas vezes se limita a prover os meios para que as pessoas tenham acesso à infraestrutura e a *Internet*, mas deve-se ir além e buscar uma forma de capacitar a sociedade para participar das políticas. Essa orientação fica como sugestão para um futuro trabalho de pesquisa, devido à sua importância e dimensão, já que pouco servirá o Participa.br se não tiver o máximo de participação possível e qualificada da sociedade. A ampla divulgação para a sociedade, buscando ensinar a população a praticar a verdadeira democracia é um bom começo;

6. Marketing das consultas públicas lançadas: aplicar uma orientação para o marketing societal, definida por Kotler (2000) como a orientação que parte do ponto de vista daquilo que o cliente deseja, sendo este, no caso, a sociedade civil. Um governo mais inclusivo e participativo em relação à sociedade, deve buscar as necessidades desta antes de lançar a discussão de uma política. Kotler (2000) exemplifica, quando define a orientação de vendas, com a questão da candidatura, onde um partido político “vende” seu candidato e suas políticas sem consultar o público, e este acaba tendo que ser convencido a aceitar as políticas públicas que o partido deseja. Assim, o marketing precisa ser reorientado para acordar com a visão atual de democracia e participação social. Uma ideia é criar um espaço ou comunidade onde a sociedade opine e priorize as políticas que deseja incluir na agenda governamental. Pensando no cliente como o cidadão, a orientação é atender às demandas através de um governo mais inclusivo, orientado pelo marketing societal;

7. Considera-se importante a presença dos vereadores no ambiente do Participa.br, e devem ser tomadas ações para que estes fiquem devidamente engajados no processo de participação virtual, respeitando o papel e autonomia da sociedade. Assim, é importante que se tenha um monitoramento e moderação da atuação de todos. Entende-se que a adequada atuação destes na plataforma vai refletir diretamente num processo mais efetivo de participação e mudanças importantes para as políticas, já que eles representam a população e elaboram projetos de leis para a câmara municipal;

8. Lideranças podem e devem surgir da sociedade, e assim assumirem um importante papel nas discussões, buscando o consenso coletivo e atuando como se fossem gestores públicos. Os atores sociais de hoje possuem um papel fundamental e tão importante quanto o próprio governo, na esfera pública. Da própria sociedade partem projetos sociais importantes. A mesma expectativa que se tem dos gestores públicos atuando num ambiente de participação virtual, deve-se ter da sociedade;

9. Utilizar o recurso do texto em vigor, na construção colaborativa, maximizaria a transparência e o resultado da construção, na medida que as alterações contempladas no texto em consulta já seriam identificadas durante as discussões. Este é um recurso muito utilizado na iniciativa Código de Processo Civil Online, como foi mostrado, anteriormente, na Figura 3 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL, 2014); e

10. O Participa.br deve interagir com outras mídias sociais, chamando para o debate qualificado. Verificamos que a maior parte da população teve conhecimento desta iniciativa através de sua divulgação no Portal Brasil. A partir de agora, a divulgação tem que extrapolar para as redes sociais, mídias sociais, inclusive de forma específica; por exemplo, ao lançar uma consulta pública a respeito de um tema, compartilhar no *facebook* dos usuários do Participa.br, fazendo com que os seus amigos cadastrados vejam essa chamada na sua linha do tempo.

As ações ou direcionamentos elencados anteriormente são pequenas sugestões à Administração Pública Federal de modo a ser mais eficaz em seu papel de prover e lidar com o processo da participação social no tratamento das políticas públicas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou refletir a respeito da forma como ocorreu a participação da sociedade e sua influência em políticas públicas no espaço virtual Participa.br, idealizado pelo Governo Federal desde março de 2014. Para nortear a pesquisa, adotou-se como premissa para a efetivação de bons governos eletrônicos, a promoção da inclusão digital e da participação da sociedade nas decisões políticas.

Em relação ao objeto de estudo, uma das primeiras conclusões é que este é mais do que um serviço *online*. Através do uso de recursos da Web 2.0 para melhorar a gestão pública, influenciou diretamente a promoção da democracia e da transparência, colocando os atores sociais em seu papel fundamental junto ao governo, na esfera pública, de participação na formulação e elaboração de políticas públicas. Mesmo que a disponibilização dos serviços públicos de forma *online* já seja uma prática, a forma como a plataforma investiu em um formato de redes sociais virtuais, através de comunidades diversas, com espaços interativos de participação democrática, promoveu momentos de colaboração conjunta entre sociedade e governo, descentralizando o poder que historicamente o Estado mantinha, como pôde ser conferido na introdução desta pesquisa. Contudo, antes de apresentar qualquer conclusão a respeito, devemos lembrar que ainda existe o desafio da inclusão digital e também de estimular o uso por parte da sociedade, principalmente nesses espaços de participação. As pessoas cada vez mais mudam seu comportamento passando a utilizar serviços virtuais, então também podem passar a exercer a cidadania através dos mecanismos virtuais de participação.

Em se tratando da coleta de dados, o questionário aplicado objetivou colher a percepção dos participantes, complementando este estudo. Contudo, inicialmente, foi cogitado para fins de coleta e análise desta pesquisa, a criação de uma comunidade no Participa.br destinada a avaliar o processo de participação. Entretanto, um fator limitador impediu que isto fosse efetivado: o congelamento da plataforma na época próxima às eleições de 2014. Fica, então, como sugestão para um trabalho de pesquisa futuro, esperando que seja mais interessante utilizar a própria plataforma para avaliar, colhendo diretamente da sociedade, o processo de participação e construção das políticas.

As pesquisas estudadas, acerca da participação social, em geral se concentraram na experiência observada de contextos específicos. Não se pretendeu, neste estudo, identificar alguma forma de “melhor prática”. Ao invés disso foram elencados os direcionamentos

anteriores como sugestão para a Administração Pública Federal. Entre os estudos supracitados, que evoluem bastante o tema, destacam-se as contribuições de Barbosa, Getschko e Gatto (2009); Costa e Carrion (2014); Gomes e Filho (2013); Haigert (2012); e Silva (2013).

O Participa.br foi uma escolha importante para estudo de caso, pois é uma iniciativa nacional, abrangente, que ainda não passou por um processo aprofundado de análise. Quando Teixeira (2011) fala sobre o fator Obama 2.0, a autora cita vários recursos da Web 2.0 que foram utilizados na campanha: envio de e-mails / SMS com vídeos e mensagens do candidato, possibilidade de doação *online*, uso de rede social (denominada *Organizing for America*, o principal diferencial da campanha), comunidades segmentadas e espaço para debate, uso de dispositivos móveis, investimento na clareza da gramática da mídia social, etc. Hoje quase todos os gabinetes adotaram o uso do *twitter*, *youtube* e *facebook* como forma de comunicação entre si e com a sociedade. Podemos considerar que o Participa.br está nivelado e alinhado com essas práticas.

As pessoas precisam entender a sua importância individual e acreditar neste espaço. Quando ocorre intensa participação da sociedade com influência nas políticas públicas, junto com as decisões, vem a legitimidade. Em Costa e Carrion (2014), vimos que nos espaços informais legitimados pelas pessoas, e não os espaços formais/institucionais propostos pelo Estado, ocorre intensa participação. Então o que se deve é adotar formas de trazer e manter o público nos espaços virtuais formais, para que não haja entrave. Uma forma de manter o público é buscar uma cultura participativa, onde os membros acreditam no valor de suas contribuições e possuem certo grau de conexão social uns pelos outros, sendo natural colaborar e até se preocupar com o conteúdo de suas contribuições (BRANCHER, 2013).

Ao final deste estudo, considera-se importante salientar que, apesar de não ser mais responsabilidade exclusiva do Estado os resultados das políticas, de forma alguma o papel deste se torna menos importante do que o papel da sociedade. Continua importante manter a regulação, regulamentação ou intervenção deste para a gestão social, sempre de encontro a liberdade e igualdade. Espaços virtuais de participação devem ser fornecidos, mas este é só o primeiro passo. É necessário investir numa inclusão digital até o ponto de proporcionar às pessoas a capacidade de exercer o papel de cidadãos ativos no Governo Eletrônico, estimular e mostrar os resultados da cultura colaborativa, utilizar os espaços para promover a transparência e envolver gestores públicos e sociedade em discussões e decisões conjuntas para as políticas priorizadas por eles.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre; GETSCHKO, Demi; GATTO, Raquel. **Interativos, cooperativos e descentralizados**: a importância dos espaços virtuais no exercício da cidadania. In: Informática Pública. Ano 11 (1) 125 – 138, 2009. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO11_N1_PDF/interativos_cooperativos_e_descentralizados.pdf>. Acesso em: 11 out 2013.

BARBOSA e SILVA, Leonardo. **A reforma administrativa de 1967**. In: ANDREWS, C.; BARIANI, E. (Orgs.). Administração pública no Brasil: breve história política. São Paulo: UNIFESP, 2010. p. 63-84.

BATESON, J. e HOFFMAN, K. **Marketing de Serviços**. Editora Bookman 2001. Capítulo 14: Competindo como uma empresa prestadora de serviços: qualidade do serviço. Pgs 362-377.

BRANCHER, Nicole Rochele Cardoso. **A web 2.0, a cauda longa e a cultura da participação ampliando o cenário da atividade artesanal**: uma análise do blog Superziper. Trabalho de conclusão (graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Comunicação Social: Habilitação em Propaganda e Publicidade, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://sabi.ufrgs.br/F/L943VSCFURGTDGLVR8E6MJUQCV95DBP84V974Y257RTDCGXC1S-00735?func=full-set-set&set_number=096187&set_entry=000002&format=999>. Acesso em: 06 set 2014.

BRASIL. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Acesso em: 08 out 2014.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Da administração pública burocrática à gerencial**. Revista do Serviço Público, 47 (1), janeiro-abril, 1996. Disponível em: <<http://blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/11/Bresser1.pdf>>. Acesso em: 04 abr 2014.

CASTRO, Carmen Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. **Dicionário de Políticas Públicas**. UEMG. Campus Belo Horizonte. Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”. Eduemg: Barbacena: 2012. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0016339049620b36a7dac>>. Acesso em: 12 set 2014.

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego Rafael; POSSAMAI, Ana Júlia. **Do Novo Gerencialismo Público à Governança da Era Digital**. In: Governança de TI: transformando a Administração Pública no Brasil/organizadores: Marco Cepik e Diego Rafael Canabarro. Porto Alegre: WS Editor, 2010a. 206 p.

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego Rafael; POSSAMAI, Ana Júlia. **A institucionalização do SISP e a era digital no Brasil**. In: Governança de TI: transformando a Administração Pública no Brasil/ organizadores: Marco Cepik e Diego Rafael Canabarro. Porto Alegre: WS Editor, 2010b. 206 p.

COSTA, Pedro de Almeida. CARRION, Rosinha da Silva Machado. **Participação democrática em territórios de alta vulnerabilidade social**: é possível refletir a partir do que já conhecemos?. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté, SP. SABI UFRGS. Vol. 10, n. 2, (maio/ago. 2014), p. 288-316. Disponível em:

<<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/1361/388>>. Acesso em: 06 set 2014.

EXAME. **Governo vai lançar sistema nacional de participação social.** Notícia publicada em 26/02/2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/governo-vai-lancar-sistema-nacional-de-participacao-social>>. Acesso em: 18 mai 2014.

GABINETE DIGITAL. Porto Alegre. Disponível em: <<http://gabinetedigital.rs.gov.br/#sobre>>. Acesso em: 06 out 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de políticas públicas:** introdução. Fundap. Disponível em: <<http://dicionario.fundap.sp.gov.br/Introducao>>. Acesso em: 10 jul 2014.

GODOY, Arlinda Schmidt. **Pesquisa qualitativa:** tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, Mai./Jun. 1995a.

GODOY, Arlinda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Uma revisão histórica dos principais autores e obra que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995b.

GODOY, Arlinda Schmidt. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, Jul./ago. 1995c.

GOMES, Margarida Maria Mussa Tavares; FILHO, Hélio Gomes. **Internet e participação social nas políticas urbanas.** Oculum ensaios: revista de arquitetura e urbanismo. Campinas, SP, vol. 10, n. 1 (jan./jun. 2013), p. 149-156. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/1934/1744>>. Acesso em: 05 set. 2014.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. **Capacidades estatais e democracia:** arranjos institucionais de políticas públicas. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. SABI UFRGS. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capacidades_estatais_e_democracia_web.pdf>. Acesso em: 05 set 2014.

GUIDI, Leda. **E-Democracia em Bologna:** a rede cívica Iperbole, e como construir uma comunidade participativa online. 2000. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO3_N1_PDF/ip0301guidi.pdf>. Acesso em: 11 out 2013.

HAIGERT, Cleise Gindri. **Controle social e transparência na administração pública municipal de Frederico Westphalen na atualidade.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal. Porto Alegre: 2012.

KLERING, Luis Roque; SCHROEDER, Christine da Silva. **Níveis de virtualização de sites de governos municipais.** In: Análise, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 31-44, jul./dez. 2008.

Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrio.br/fo/ojs/index.php/face/article/view/5727>>. Acesso em: 31 ago 2014.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. Editora Prentice Hall, 2000. Capítulo 1: Marketing no Século XXI.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL. **Debate público - código de processo civil**. Disponível em: <<http://participacao.mj.gov.br/cpc/>>. Acesso em: 07 set 2014.

OLIVEIRA, João Batista Ferri de. **Governo eletrônico: uma visão sobre a importância do tema**. In: Informática Pública. Ano 11 (1) 07 – 13, 2009. Disponível em <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO11_N1_PDF/governo_eletronico.pdf >. Acesso em: 31 ago 2014.

PAES DE PAULA, Ana Paula. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social**. Revista de Administração de Empresas, v.45, n.1. p. 36-49, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 abr 2014.

PARTICIPA. **Plataforma de participação social do Governo Federal**. 2014a. Disponível em: <<http://www.participa.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

PARTICIPA. **Comunidade agente de inclusão digital**. 2014b. Disponível em: <<http://www.participa.br/inclusaodigital>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

PARTICIPA. **Comunidade EDUCULTURA**. 2014c. Disponível em: <<http://www.participa.br/educultura>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

PARTICIPA. **Trilhas de participação**. 2014d. Disponível em: <<http://www.participa.br/o-que-sao-trilhas-de-participacao.html>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

PARTICIPA. **Comunidade COMIGRAR**. 2014e. Disponível em: <<http://www.participa.br/comigrar>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

PARTICIPA. **Caderno Final de Propostas da Comigrar**. 2014f. Disponível em: <<http://www.participa.br/comigrar/destaques/caderno-final-de-propostas-da-comigrar>>. Acesso em: 12 out. 2014.

PARTICIPA. **Comunidade Governo Aberto: escolha da iniciativa concorrente**. 2014g. Disponível em: <<http://www.participa.br/governoaberto/premio-de-excelencia-ogp-awards/processo-participativo-virtual/conheca-as-iniciativas-e-o-processo-de-votacao>>. Acesso em: 15 out. 2014.

PARTICIPA. **Comunidade Governo Aberto: resultado da escolha da iniciativa concorrente**. 2014h. Disponível em: <<http://www.participa.br/governoaberto/premio-de-excelencia-ogp-awards/clique-aqui-para-saber-mais-detalhes-sobre-o-resultado-da-consulta-publica/resultado-da-consulta-publica>>. Acesso em: 15 out. 2014.

PARTICIPA. **Comunidade Governo Aberto: perfil**. 2014i. Disponível em: <<http://www.participa.br/profile/governoaberto>>. Acesso em: 15 out. 2014.

PARTICIPA. **Comunidade Inclusão Digital**: versão final do plano de curso para o agente de inclusão digital. 2014j. Disponível em: <<http://www.participa.br/inclusaodigital/blog/plano-de-curso-agente-de-inclusao-digital-versao-final>>. Acesso em: 16 out. 2014.

PARTICIPA. **Comunidade Participação Social**. 2014k. Disponível em: <<http://www.participa.br/participacaosocial/>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

PORTAL BRASIL. **Governo digital**. Publicado em 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo-digital>>. Acesso em: 17 mai. 2014.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Qual é a função do vereador?** BRASIL ESCOLA. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/politica/funcoes-vereador.htm>>. Acesso em: 09 out 2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. p. 9-60.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**. Coletânea, vol. 2, Brasília: ENAP, 2006.

SERPRO. **Sítio do Serviço Federal de Processamento de Dados**. Brasília: 2014a. Disponível em <<https://www.serpro.gov.br/conteudo-oserpro/a-empresa-1/a-empresa>>. Acesso em: 11 ago 2014a.

SERPRO. **Software livre ativa a participação social no Brasil**. Notícia no sítio do Serviço Federal de Processamento de Dados. Brasília: 2014b. Disponível em <<https://www.serpro.gov.br/noticias/software-livre-ativa-a-participacao-social-no-brasil>>. Acesso em: 31 ago 2014b.

SILVA, Marcus P. F. de. **Participação popular através dos mecanismos de participação e controle social da Agência Nacional de Transportes Terrestres: um caso de déficit democrático**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Trabalho de conclusão de graduação. 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/87850>>.

TAROUCO, Liane M. R. **Comunicação, colaboração, web 2.0 e governo 2.0**. Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação. UFRGS. Porto Alegre. 2013.

TEIXEIRA, Tatiana. **Web 2.0, cidadãos e política: riscos e oportunidades para a democracia**. IV Congresso Latino-Americano de Opinião Pública da WAPOR (World Association for Public Opinion Research). Opinião Pública, Democracia e Novas Tecnologias: Interações e Desafios. 04 a 06 de maio de 2011, Belo Horizonte, MG.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração**. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs.). Pesquisa qualitativa em Administração. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 1, p. 13-28.

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a),

Você recebeu este questionário pelo fato de ser membro de alguma(s) comunidade(s) do Participa.br (<http://www.participa.br/>). Suas respostas ajudarão a compor uma análise de como ocorreu a participação da população e sua influência nas políticas públicas através deste ambiente virtual de participação social.

Essa pesquisa é orientada pelo Prof. Rogério Faé, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e também do programa de desenvolvimento gerencial de gestores que trabalham na empresa pública Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) e é parte da formação no Curso de Especialização em Gestão Pública.

Sua contribuição é muito importante para realização deste estudo. O resultado da pesquisa será publicado amplamente, garantindo o anonimato do respondente.

O tempo para responder ao questionário é menos de 10 minutos.

Agradecemos sua atenção!

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Participa.br

Link para responder ao questionário:
<http://goo.gl/forms/YMQ93TR8yo>

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO

Por favor, responda abaixo antes de passar para o questionário:

Qual a sua escolaridade?

- Ensino fundamental Ensino médio Ensino superior
 Especialização/Pós-Graduação Mestrado, Doutorado ou Pós-doutorado

Em relação à trabalho:

- Trabalho em empresa pública Trabalho em empresa privada / capital misto
 Trabalho como autônomo Sou estudante
 Outro:

Como conheceu o Participa.br?

- Pela internet através do Portal Brasil - www.brasil.gov.br
 Pela internet através do Google, redes sociais ou notícias online
 Através de amigos Através de notícias / propaganda na TV, rádio, etc
 Outro:

Como foi sua interação no Participa.br?

- Somente me cadastrei Somente consultei as informações
 Consultei e participei com comentário(s)
 Administrei comunidade(s) Administrei comunidade(s) e participei

Questionário: participação social e sua influência em políticas públicas através do Participa.br

Todas as questões são objetivas, mas contém um item de complemento opcional, onde você pode justificar sua resposta, citar fatos, comunidades, trilhas de participação ou instrumentos disponibilizados, alguns comentários interessantes nas comunidades e resultados observados que considere relevante.

Leia os itens abaixo e escolha a opção que melhor se enquadra nas questões conforme sua percepção a respeito do Participa.br:

1. Em relação à TRANSPARÊNCIA (conteúdos informativos, decisões, resultados e andamentos das políticas, ações realizadas, instrumentos de controle, etc) sobre os assuntos tratados (políticas públicas envolvidas), considero que:

- não houve transparência
 houve pouca transparência
 houve pouca transparência, porém suficiente para compreender os assuntos tratados (as políticas tratadas)
 houve transparência, com informações relevantes sobre os assuntos tratados (as políticas tratadas)
 houve muita transparência, com informações relevantes e essenciais sobre os assuntos tratados (as políticas tratadas)

Complemento (opcional): []

2. A respeito da minha compreensão sobre o conteúdo disponível dos assuntos tratados (políticas tratadas), considero que:

foi de difícil entendimento, informações insuficientes, pouco didático, temas complexos

houve entendimento, mas foi pouco e inviabilizou a minha participação

houve pouco entendimento, porém suficiente para a minha participação

houve bom entendimento, com informações claras sobre o que estava sendo discutido

houve bastante entendimento, informações claras sobre o que estava sendo discutido, facilitado a minha participação

Complemento (opcional): [_____]

3. Sobre a minha participação nas discussões e/ou decisões, eu:

somente consultei os comentários de outras pessoas

tive pouca participação e não considero como relevante

tive participação e considero que foi um pouco relevante

tive uma participação boa e relevante

tive grande participação e com qualidade para as discussões (as políticas discutidas)

Complemento (opcional): [_____]

4. Sobre a participação de outras pessoas nas discussões e/ou decisões, considero que:

os comentários destes não foram qualificados

existiram pouquíssimos comentários qualificados

existiram alguns comentários qualificados, mas não suficientes para influir nas discussões (no rumo nas políticas tratadas)

foram muitos comentários qualificados, tendo uma certa influência nos assuntos discutidos (nas políticas tratadas)

foram muitos comentários qualificados, influenciando diretamente nas discussões (nas políticas tratadas)

Complemento (opcional): [_____]

5. Em relação ao alcance dos objetivos da(s) trilha(s) de participação na(s) qual(is) visitei/participei (ou qualquer outro mecanismo de participação), considero que:

os objetivos não foram atendidos

os objetivos foram parcialmente atendidos

os objetivos foram suficientemente atendidos

a maioria dos objetivos foi atendida

a maioria dos objetivos foi atendida e ainda surgiram resultados inesperados e positivos para os assuntos discutidos (as políticas tratadas)

Complemento (opcional): [_____]

6. Em relação à influência dos membros das comunidades, através de comentários, votos ou enquetes, para os assuntos / políticas discutidas, considero que:

o envolvimento das pessoas nas discussões ou votações não influenciou no resultado

o envolvimento das pessoas nas discussões ou votações teve pouca influência no resultado

o envolvimento das pessoas nas discussões ou votações influenciou em boa parte das políticas tratadas

o envolvimento das pessoas nas discussões ou votações influenciou diretamente no resultado das políticas tratadas

o envolvimento das pessoas nas discussões ou votações foi essencial para o resultado (para o rumo de praticamente todas as políticas tratadas)

Complemento (opcional): [_____]

7. Sobre a qualificação da participação de gestores dos temas (administradores da comunidade com papel de mediador, esclarecedor de dúvidas e orientações), considero que:

não percebi envolvimento de gestores da comunidade nas discussões

houve pouco envolvimento de gestores da comunidade nas discussões

houve envolvimento suficiente de gestores da comunidade para o andamento das discussões

houve envolvimento relevante de gestores da comunidade para o andamento das discussões

houve envolvimento qualificado dos gestores da comunidade e isso foi essencial para o andamento das discussões

Complemento (opcional): [_____]

8. Sobre a participação da sociedade em tomadas de decisão de forma democrática, considero que:

não houve abertura de qualquer tipo para que os participantes se envolvessem em alguma decisão nas comunidades

houve pouco espaço para votação ou qualquer processo de decisão coletiva

houve espaço suficiente para votação ou qualquer processo de decisão coletiva

houve espaço suficiente para votação ou qualquer processo de decisão coletiva e considero que foram relevantes para os assuntos (para as políticas envolvidas)

houve bastante espaço para votação ou qualquer processo de decisão coletiva e foram essenciais para os assuntos (para as políticas envolvidas)

Complemento (opcional): [_____]

9. As discussões ocorridas influenciaram na formação da pauta (agenda) ou elaboração dos temas/assuntos/políticas a serem tratadas?

As discussões não foram consideradas

Houve pouca discussão que de fato influenciou

Uma boa parte das discussões influenciou, mesmo que de forma indireta

Uma boa parte das discussões de fato influenciou e considero que foram relevantes

Houve bastante discussão que de fato influenciou, foram relevantes e impactaram diretamente no resultado

Complemento (opcional): [_____]

10. As discussões ocorridas ou ferramentas disponibilizadas influenciaram na priorização de propostas em torno dos temas/assuntos/políticas envolvidas?

Não houveram discussões e ferramentas para priorização de propostas

Houve pouca discussão ou ferramentas disponibilizadas que de fato influenciou na priorização

Uma boa parte das discussões ou ferramentas disponibilizadas influenciou, mesmo que de forma indireta

Uma boa parte das discussões ou ferramentas disponibilizadas influenciou de fato e considero que foram relevantes

Houve bastante discussão ou ferramentas disponibilizadas que de fato influenciou, foram relevantes e impactaram diretamente no resultado

Complemento (opcional): [_____]

11. As discussões ocorridas influenciaram na construção da política a ser implementada?

- As discussões não foram consideradas
- Houve pouca discussão que de fato influenciou
- Uma boa parte das discussões influenciou, mesmo que de forma indireta
- Uma boa parte das discussões de fato influenciou e considero que foram bem

relevantes

Houve bastante discussão que de fato influenciou, foram relevantes e impactaram diretamente no resultado

Complemento (opcional): []

12. Sobre as informações disponibilizadas (ou discussões realizadas) a respeito do acompanhamento e avaliação de políticas públicas (transparência no andamento das políticas envolvidas), considero que:

- não houveram informações/discussões de acompanhamento e avaliação das políticas
- houve pouca informação/discussão a respeito
- houve pouca informação/discussão a respeito, mas tiveram boa relevância para as

políticas

houve bastante informação/discussão a respeito e considero que foram bem relevantes

houve bastante informação/discussão a respeito, foram relevantes e impactaram

diretamente no resultado

Complemento (opcional): []

13. De forma geral, pensando a iniciativa Participa.br e os recursos disponibilizados nesta plataforma, na busca pela ampliação do processo democrático (participação da sociedade com influência nas políticas públicas), considero que:

- a iniciativa não melhora a participação social com influência nas políticas públicas
- a iniciativa melhora só um pouco a participação social com influência nas políticas

públicas

a iniciativa claramente melhora a participação social com influência nas políticas

públicas

a iniciativa melhora bastante a participação social com influência nas políticas públicas

a iniciativa melhora bastante a participação social com influência nas políticas públicas

e é essencial para o processo democrático e para a qualidade das políticas envolvidas

Complemento (opcional): []